



UFFS
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
Campus Chapecó

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JHONATAN BERLANDA

UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO
JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ ENTRE 1939 À 1941

CHAPECÓ
2026

JHONATAN BERLANDA

**UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO
JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ ENTRE 1939 À 1941**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Samira Peruchi Moretto

CHAPECÓ

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Berlanda, Jhonatan

UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL NO JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ ENTRE 1939 À 1941 /
Jhonatan Berlanda. -- 2026.
59 f.:il.

Orientadora: Doutora Samira Peruchi Moretto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2026.

1. Colonização, Segunda Guerra Mundial, Jornal A Voz
de Chapecó. I. Moretto, Samira Peruchi, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JHONATAN BERLANDA

**UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO
JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ ENTRE 1939 À 1941**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Licenciatura em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do
título de Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 16/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **SAMIRA PERUCHI MORETTO**
Data: 27/08/2026 16:11:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Samira Peruchi Moretto – UFFS
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **CLAITON MARCIO DA SILVA**
Data: 28/08/2026 14:33:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva – UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA NUNES DE SA**
Data: 27/08/2026 16:17:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Débora Nunes de Sá - UFFS
Avaliadora

Dedico este trabalho a minha avó, que não poupou esforços para que eu pudesse concluir meus estudos. E dedico aos combatentes brasileiros da FEB (Força Expedicionária Brasileira), que não pouparam esforços para combater a tirania e o fascismo nos campos de batalha, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha psiquiatra Eliciane Gutierre que me encorajou a voltar a produzir academicamente mesmo comigo acometido por doença psiquiátrica que vem em remissão de acordo com o tratamento psiquiátrico. À minha avó, Ives Pereira Machado, por me dar suporte todos os dias da minha vida. Ao meu grande amigo, Mateus Felipe Socha, que esteve comigo desde o início desta caminhada para me tornar um Licenciado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Agradeço também a minha mãe, Delcimere Aparecida Pinheiro, que não deixou de estender a mão quando mais necessitei de ajuda. Agradeço aos colaboradores do SAE do campus de Chapecó que sempre que precisei me ajudaram com psicóloga e também com ajuda de recursos para que eu pudesse, enfim, frequentar a universidade.

Agradeço aos professores que passaram durante todo o meu percurso durante o curso, em especial a minha orientadora, Samira Peruchi Moretto, que sempre me apoiou em momentos difíceis pelos quais passei por motivo de doença, pela paciência que teve em esperar o tempo necessário para que eu pudesse regressar de volta à ativa nas atividades acadêmicas.

Olhem de novo para o ponto. É ali. É a nossa casa. Somos nós. Nesse ponto, todos aqueles que amamos, que conhecemos, de quem já ouvimos falar, todos os seres humanos que já existiram, vivem ou viveram as suas vidas. Toda a nossa mistura de alegria e sofrimento, todas as inúmeras religiões, ideologias e doutrinas econômicas, todos os caçadores e saqueadores, heróis e covardes, criadores e destruidores de civilizações, reis e camponeses, jovens casais apaixonados, pais e mães, todas as crianças, todos os inventores e exploradores, professores de moral, políticos corruptos, “superastros”, “líderes supremos”, todos os santos e pecadores da história da nossa espécie, ali – num grão de poeira suspenso num raio de sol (Sagan, 1994, não paginado).

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é compreender a narrativa presente nas notícias referentes à Segunda Guerra Mundial, veiculadas no jornal *A Voz de Chapecó* (1939-1941), analisando-as dentro de um contexto de silenciamento promovido pelo Estado Novo, principalmente durante o período de 1939 a 1941 quando o Brasil ainda não adentra no conflito mundial, e entender como funcionava a narrativa de imprensa na região Oeste Catarinense, dando mais enfoque a região de Chapecó através do referido periódico. Posteriormente a isso, identificar como era realizada a política de nacionalização a imigrantes e descendentes de alemães e italianos; como era proibido falar os dialetos; como era colocada a política do terror contra esses cidadãos da nossa região, as práticas de nacionalizar os descendentes de italianos e alemães por meio da polícia e educação nas escolas. Entender que a região Oeste catarinense era uma região colonizada, majoritariamente, por descendentes de colonos italianos e alemães, estes mesmos que vinham já do Rio Grande do Sul, já tendo se desconectado, de certa forma, com seu país de origem. Vieram para cá em busca de novas oportunidades, para a produção agrícola e criação de vilarejos e cidades, com a extração de madeira e no cultivo da erva-mate, atividade que já vinha sendo realizada pelas populações tradicionais, que eram as grandes produções da época na região Oeste. Com a chegada do conflito mundial, não houve mudanças tão drásticas, pois o Brasil, até 1942, se manteve fora do conflito mundial. Mas, de acordo com a constituição de 1937, em 1939 foi introduzida uma lei de nacionalização, o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispôs sobre a adaptação ao meio nacional de brasileiros descendentes de estrangeiros, um aspecto central da política de nacionalização, exigindo a integração dessas populações. Desde a língua até a cultura, onde os colégios locais não poderiam permitir o uso da língua estrangeira, restringindo-se apenas ao português como língua materna nacional, e isto perdurou até 1945, com o fim do regime do Estado Novo governado por Getúlio Vargas. Porém, em 1942, navios mercantes brasileiros foram torpedeados pelos alemães na costa brasileira, porque o Brasil tinha feito acordo com os Estados Unidos da América. Até então, o Brasil mantinha relações tanto com países do bloco do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), como também mantinha relações com os países Aliados (Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra). Após a vinda de uma comitiva dos Estados Unidos para o Brasil e o estreitamento de relações com os Aliados, a Alemanha decidiu contra-atacar o Brasil, fazendo com que o país entrasse na guerra a favor dos Aliados, e com isto, endureceu ainda mais a repressão aos imigrantes que pertenciam aos países do Eixo, com repressão policial e campos de concentração para quem desobedecesse as ordens impostas pela guerra. As fontes utilizadas para a realização deste

trabalho provém das informações publicadas no jornal *A Voz do Chapecó*, entre 1939 à 1941, durante o período do Estado Novo, e a metodologia utilizada foi a da análise das narrativas apregoadas pelo jornal para uma comunidade majoritariamente teuta e ítala no Oeste do Estado de Santa Catarina, se eram de cunho nacionalista varguista, ou respeitavam a tradição das nações europeias envolvidas no conflito.

Palavras-chave: A Voz de Chapecó, Segunda Guerra Mundial, Estado Novo.

ABSTRACT

This work aims to present the nationalization policies promoted by the Estado Novo government (1937-1945), mainly during the period from 1939 to 1941, when Brazil had not yet entered the world conflict, and to understand how the press narrative functioned in the western region of Santa Catarina, focusing more on the Chapecó region through the newspaper *A Voz de Chapecó*. Subsequently, it seeks to identify how the nationalization policy was implemented for immigrants and descendants of Germans and Italians, how the speaking of dialects was prohibited, how the policy of terror was applied against these citizens of our region, and the practices of nationalizing descendants of Italians and Germans through the police and education in schools. It aims to understand that the western region of Santa Catarina was a region colonized mainly by Italian and German settlers, who came from Rio Grande do Sul and had already become somewhat disconnected from their country of origin. They came here seeking new opportunities for agricultural production and the creation of new villages and cities, with the protection of timber and the cultivation of yerba mate, which were the major crops of the time in the Western region. With the arrival of the world conflict, there were no such drastic changes, as Brazil remained outside the world conflict until 1942, but according to the 1937 Constitution, a nationalization law was introduced in 1939. What did this law consist of? Decree-Law No. 1,545, of August 25, 1939: This law provided for the adaptation to the national environment of Brazilians of foreign descent, a central aspect of the nationalization policy, requiring the integration of these traditions. From language to culture, local schools were no longer allowed to use foreign languages, restricting themselves to Portuguese as the national mother tongue. This continued until 1945 with the end of the Estado Novo regime governed by Getúlio Vargas. However, in 1942, Brazilian merchant ships were torpedoed by the Germans off the Brazilian coast because Brazil had made an agreement with the United States. Until then, Brazil maintained relations with both Axis countries (Germany, Italy, and Japan) and Allied countries (United States, Soviet Union, and England). Until then, everything was fine while Brazil maintained relations with both blocs. After a delegation from the United States came to Brazil and closer relations with the Allies were strengthened, Germany decided to counter-attack Brazil, causing Brazil to enter the war on the side of the Allies. This led to even greater repression, similar to that of the Axis countries, including police repression and concentration camps. for those who disobey orders imposed by war. The sources to be used for this work come from information published in the newspaper *A Voz do Chapecó*, between 1939 and 1941 during the Estado Novo period, and the methodology to be used will be the analysis of the narratives preached by the newspaper to a predominantly German and Italian community in the

West of the State of Santa Catarina, to determine if they were of a Vargas-era nationalist nature, or if they respected the traditions of the European nations involved in the conflict.

Keywords: A Voz de Chapecó, Second World War, Estado Novo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FEB	Força Expedicionária Brasileira
PDF	Formato de Documento Portátil
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2 O INÍCIO DE TUDO: A “COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE”	19
2.1 As companhias colonizadoras.....	21
2.2 A importância da educação na colonização	23
2.3 A colonização de Cruzeiro	24
3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO JORNAL	29
3.1 Análise dos jornais.....	32
4 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – TABELA DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS	54

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é compreender a narrativa presente nas notícias referentes à Segunda Guerra Mundial veiculadas no jornal *A Voz de Chapecó* (1939-1941), analisando-as dentro de um contexto de silenciamento promovido pelo Estado Novo. Assim, pretende-se abordar as práticas de povoamento e conexões político-culturais entre o Oeste Catarinense e o Brasil durante todo o período da Segunda Guerra Mundial. A motivação para escrever este trabalho dá-se desde o início do curso de Licenciatura em História, no qual almejava-se aprender e buscar novas perspectivas sobre o referido conflito e, com o decorrer do curso, novas ideias e colaborações de colegas e de orientadora vieram motivar a escrita deste trabalho.

O trabalho busca mostrar o sistema de povoamento da região Oeste Catarinense, povoada, antes da vinda de descendentes de europeus oriundos do Rio Grande do Sul, por indígenas kaingangs e caboclos. Depois que se dá a colonização através de imigrantes italianos e alemães, cujas famílias, no período, viviam principalmente por meio da agricultura na região, afetando, assim, o meio ambiente ao redor do povoamento com o desmatamento para construção de suas propriedades e criação de animais. Isso fora da área urbana que começou a se erguer gradativamente através da destruição da mata, gerando a criação de distritos e, posteriormente, municípios.

Antes da colonização feita por ítalos e teutos no Oeste catarinense, esta terra já era ocupada por indígenas e caboclos; podia ser uma terra sem lei, mas era ocupada com culturas de subsistência e só depois veio a colonização de descendentes europeus. Os indígenas que ocupavam a região eram, em sua grande maioria, da tribo Kaingang e viviam da pesca, da caça, da coleta de frutos e algumas plantações que eram cultivadas em pequenos espaços de terras. E isto foi se perdendo com a colonização, os indígenas perderam seus espaços de convivência, muitos tendo que fugir para o interior das matas, alguns ficando como mão de obra barata para os colonos recém-instalados em suas terras pelas companhias colonizadoras. Como dizem Piovezana, Facco e Onghero (2017, p. 175):

Os indígenas que vivem no oeste de Santa Catarina devem ser considerados como sujeitos históricos que se relacionam com os não índios há mais de cem anos e que, nesse processo, têm transformado sua cultura e seu modo de vida. Não é possível que sua subsistência provenha da caça, pesca, coleta e plantio, da mesma forma como ocorria anteriormente. Nem mesmo podem ser igualados a grupos indígenas que viveram isolados nas matas até poucos anos e que frequentemente são apresentados nos meios de comunicação, ressaltando seu caráter “exótico” em relação a sociedade “moderna”.

A colonização do Oeste Catarinense deu-se, majoritariamente, por descendentes de italianos e alemães que vinham em busca de melhores condições de vida. De acordo com Radin (2016, p. 152):

O sul do Brasil recebeu um número significativo de imigrantes europeus, especialmente a partir da independência, sendo os grupos mais expressivos os italianos, os alemães e os poloneses. Majoritariamente foram assentados em áreas específicas, com o propósito de ocupar espaços considerados vazios e de desenvolver a agricultura, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, em São Paulo, onde os imigrantes geralmente empregavam-se nas fazendas de café ou em trabalhos urbanos.

Eram pessoas que não tinham grande poder aquisitivo, então compravam pequenas quantias de terras para colonizar. Poucos detinham grandes fortunas e possuíam grandes quantidades de terra, por isso na época foram formadas indústrias colonizadoras, especializadas apenas em vender pedaços de terras, como as companhias *Brazil Development and Colonization Company*, empresa subsidiária da Brazil Railway Company; a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia.; a Empresa Colonizadora Bertaso; Maia & Cia e a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Limitada, mais tarde conhecida como Companhia Territorial Sul Brasil, o governo concedia as terras devolutas em troca de construção de estradas (Nodari, 2009, p. 35).

Santa Catarina recebeu imigrantes que vieram fugindo geralmente de conflitos, como por exemplo a Primeira Guerra Mundial, e pela escassez de recursos na Europa. Além disso, migrantes que advinham principalmente do Rio Grande do Sul, onde estavam instaladas as primeiras colônias. Assim, esses migrantes, descendentes de europeus, vinham em busca de novas terras agricultáveis.

Após o processo de ocupação dessas terras, eram estabelecidas redes de convívio, como fundação de Igrejas e jornais locais. Chapecó foi fundada em 1917 e, logo após os primeiros anos de sua fundação, houve a criação de periódicos locais. Assim, o jornal *A Voz de Chapecó*, que teve seu início em maio de 1939, era um periódico de pequeno status regional, ou seja, não detinha grande público por ser um jornal interiorano, considerando que Chapecó ainda era uma pequena cidade em expansão e tinha seus distritos, mas que estavam afastados. O impresso tinha um cunho nacionalista e colaborativo com as políticas empreitadas pelo regime do Estado Novo, ocorrido entre 1937 e 1945, então mesmo assim, sofria algumas censuras por parte da polícia do Estado.

Este trabalho busca apresentar de forma sucinta as percepções sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1941, através dos jornais de Chapecó, cuja principal característica de povoamento foi a colonização por italianos e alemães, que sofreram penalidades pelo governo Vargas, e analisar as diferentes posturas adotadas pelo jornal *A Voz de Chapecó* mediante a diplomacia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial

entre 1939 e 1941. Neste trabalho são analisadas 79 reportagens veiculadas n'*A Voz de Chapecó*, nas quais buscou-se analisar como foram narradas e transmitidas as informações da Segunda Guerra Mundial para a população do Oeste catarinense.

Aqui trabalharemos com os jornais de forma minuciosa vendo se o jornal publicava conteúdo da guerra, se tinha um cunho nacionalista varguista ou respeitava a cultura dos descendentes de europeus que viviam na região, ou se até mesmo o jornal sofria algum tipo de censura ou era divulgador do trabalho executado pelo governo do Estado Novo. Pois, como Tânia de Luca cita:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja por condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (Luca, 2008, p. 129).

As coisas mudam diante de 1942, quando navios mercantes brasileiros são torpedeados no Atlântico Sul e o Brasil de fato entra na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados¹ contra o Eixo². Mas temos que entender que antes da entrada do Brasil na guerra, o país mantinha relações comerciais com os países do Eixo, principalmente na importação de material bélico. O Brasil tinha grande contato pelas potências do Eixo, portanto, a Constituição de 1937 tinha o apelido de “A Polaca” diante dos acessos ilimitados do governo de modo fascista (Resende, 2017). Os ataques alemães aos navios mercantes brasileiros foi uma retaliação ao andamento da aliança entre o Brasil e os Estados Unidos da América, daí que viera a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) por subsídio dos EUA, enquanto soldados americanos tomavam bases no nordeste brasileiro (Hoffmann, 2005).

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi aplicada uma lei do silêncio para colonizadores oriundos da Alemanha, Itália e Japão. O Decreto-Lei nº 4.166/1942, do governo de Getúlio Vargas, não incluía somente colonizadores, mas qualquer pessoa que falasse essas línguas. As notícias começaram a ser censuradas, o governo mantinha um controle absoluto nos meios de comunicação para que nada escapasse do controle que era a censura total à alemães, italianos e japoneses.

Vargas fechou o Congresso Nacional e outorgou a Constituição de 1937. Neste período, Vargas governou o país de forma centralizadora e autoritária, por meio de decretos leis, censura e um forte sentimento de nacionalismo e defesa da economia nacional. Getúlio Vargas criou laços com os Estados Unidos - um dos países rivais aos Países do Eixo - que investiu na construção das indústrias e economia do Brasil. Consequentemente, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com os Países

¹ Os Aliados eram compostos pelas potências Estados Unidos da América, Inglaterra e União Soviética.

² O Eixo era composto pelas potências Alemanha, Itália e Japão.

do Eixo em janeiro de 1942 e, no mesmo ano, declarou estado de guerra no país. A partir de então, os imigrantes alemães, japoneses e italianos, conhecidos como súditos do eixo, passaram a ser tratados como inimigos da pátria e a sofrer repressões e restrições (Rodrigues, 2020, p. 4).

Entre as motivações para esta pesquisa, recordo-me dos relatos de uma senhora, amiga da família, já falecida, que contava como a polícia chegava na propriedade e todas as crianças corriam para se esconder, pois o dialeto italiano era proibido e tinham medo da polícia. Esta senhora, que era descendente de italianos e morava no município de Seara – Santa Catarina, contava com horror a perseguição sofrida na época. São relatos informais vivenciados pelo autor encontrado dentro da própria família.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em primeiro momento os países formados pelo Eixo até 1942 detinham vitórias significativas nos campos de batalha, se viam como invencíveis até que, em 1942, as coisas começaram a mudar no campo de batalha e os Aliados começaram a desempenhar papéis superiores, pois de forma conjunta começaram a expulsar os invasores das áreas ocupadas, iniciando um avanço sobre o inimigo que as forças do Eixo não tinham como deter, tanto no Pacífico, como no Norte da África e na própria Europa, as forças nazifascistas seriam as primeiras a sucumbir. Por último, sobraria o Japão sozinho contra a força americana, o que acarretaria nos dois ataques de bombas atômicas para finalizar o maior conflito bélico do mundo.

O Oeste Catarinense, colonizado majoritariamente por alemães e italianos, sofreu com a repressão veiculada pelo governo de Getúlio Vargas diante de 1942, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Jornais sofreram censuras durante todo o percurso da guerra, os colonizadores alemães e italianos sofreram repressões em casa, na rua, no trabalho, em qualquer lugar que estivessem, e a propaganda varguista fazia com que a população tivesse medo de alemães e italianos, tratados no livro de Marlene de Faveri:

Para a maioria dos estrangeiros e descendentes, visados na sua origem étnica e potencialmente suspeitos, o medo da polícia, das denúncias, de trair-se na fala, da repressão, da prisão, atormentava o cotidiano. As falas revelam que já não saíam de casa como antes: na rua, eram achincalhados e vistos como traidores, passaram a viver com muito medo. Nas memórias, percebo a preocupação com os parentes na Europa, principalmente na Alemanha, já que, com a guerra, a correspondência passou a ser extremamente vigiada... O imaginário produz um sistema complexo de representações que perpassa o tempo, como vemos em Catuíra (Alfredo Wagner): ao recolher as memórias sobre a ditadura militar (lugar de esconderijo de militantes), Cleusa Martins percebeu que os depoimentos se referiam à repressão do tempo da Segunda Guerra. Incorporado no cotidiano, o medo da repressão no tempo de Vargas misturava-se ao medo da polícia política dos anos sessenta. Comunidade de colonos alemães, consideram-se sobreviventes das angústias causadas durante a Segunda Guerra Mundial e se viam envolvidos em uma nova “guerra”. Ali, o medo da prisão, das torturas, de que maridos e filhos fossem convocados, mostram que o medo estava incorporado na memória coletiva – e a repressão na ditadura militar foi vivida como se fosse o início de uma Terceira Guerra. Noto que o fato de terem filhos, namorados, maridos recrutados na guerra reativava o medo e o terror na “outra” ditadura. (Fáveri, 2005, p. 53-55).

Mas antes de chegarmos a este ponto temos que ver como foi colonizado o Oeste Catarinense, e para isso encontramos dados na narrativa de Nodari (2009, p. 23):

O Oeste de Santa Catarina ficou conhecido, nas primeiras décadas do século XX, como “terra sem lei”, sem dono e “sertão bruto”, em razão do seu processo histórico de abandono, permeado por disputas e lutas internacionais e nacionais. Para caracterizarmos essa região e as razões de sua ocupação acelerada na primeira metade do século XX, é importante resgatarmos o seu processo histórico e a forma como se deu a colonização dessa área, que pode ser denominada de última fronteira do estado a entrar no modelo colonizador e civilizador. A historiografia nos mostra que os imigrantes são concebidos e se auto concebem como pioneiros e civilizadores.

O trabalho pode ampliar as visões sobre a política social de perseguição realizada pelo governo Vargas contra os descendentes de ítalo-germânicos no período, além de possibilitar compreender como eram tratadas notícias sobre a Segunda Guerra Mundial nesta região de colonização marcada pelos colonos. Além disso, permite mostrar como eram caladas e perseguidas as pessoas durante o governo de Getúlio Vargas, como imigrantes e descendentes de alemães e italianos, tal como representados na tese de doutorado de Cynthia Campos Machado:

Na documentação oficial referente a essas sociedades apareceu a persistência das autoridades numa temática: a língua. Governantes e seus representantes reprovavam práticas de núcleos associativos que insistiam em falar uma língua estrangeira. Enfatizavam a necessidade do empenho das autoridades e da população para que tais núcleos modificassem sua prática e adotassem a língua nacional. (Machado, 1998, p. 9).

O livro de Marlene de Fáveri, “Memórias de Uma (Outra) Guerra” (2005), trata-se de uma obra que já trabalhou a perseguição enfrentada pela população alemã e italiana em Santa Catarina, como também traz a perspectiva do olhar do brasileiro contra os alemães e italianos e toda uma guerra de mentira perpetrada pelo governo do Estado Novo para colocar medo no povo, tais como simulações de bombardeios, o que instaurou o caos entre a população que, mesmo estando longe da guerra, sofria os horrores psicológicos.

O livro “Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina” (2009), de Eunice Sueli Nodari, vem trazer à tona a cultura e o povo do Oeste Catarinense, por quem ele foi colonizado, e nisso chegamos ao impasse para chegarmos à discussão de como o povo do Oeste sofreu perseguição também durante o período do governo de Getúlio Vargas.

A tese de doutorado de Cynthia Campos Machado, intitulada “A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil” (1998) trata sobre a perseguição dos inimigos do Estado que eram alemães e italianos e sua língua, afinal, não se podia falar alemão e nem italiano, como na história que contamos acima sobre uma senhora de Seara – Santa Catarina.

Estes textos apresentados ajudaram a escrever este trabalho pois trazem informações da Segunda Guerra Mundial e o período da Era Vargas no Brasil, de 1939 a 1941, que vão influenciar bastante na narrativa da colonização do Oeste Catarinense e o terror vivido por aqueles que eram considerados inimigos do Estado, ou seja, alemães, italianos e japoneses; todos estes grupos começaram a ser reprimidos pelo que eram e pelo modo que falavam, ou seja, a língua simplesmente era um empecilho, por mais que estes imigrantes não soubessem falar a língua nacional, ou falavam o português mas de forma enrolada, com dialetos.

As fontes utilizadas neste trabalho são da imprensa, mais simplificada, o periódico *A Voz de Chapecó* e matérias que datam de 1939 a 1941 e que estão, atualmente, num acervo público chamado CEOM, localizado em Chapecó – Santa Catarina.

Utiliza-se como referência metodológica as orientações de Tania Regina de Luca publicadas no texto “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos” (2008), que traz a forma de se tratar a notícia de um periódico jornalístico como o d’*A Voz de Chapecó*, como ela mesma cita:

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo (Luca, 2008 p. 112).

Baseado na imigração alemã para o Vale do Itajaí, existia também uma migração dentro do território nacional envolvendo alemães, principalmente na fundação da cidade de Blumenau. A etnicidade do povo europeu não se corrompeu ao seu tradicionalismo, ou seja, não deixaram suas tradições europeias, continuaram com as tradições ainda vivas, a língua alemã permanecia, o português muitas vezes era deixado como um idioma secundário perante o alemão, mas não quer dizer que isso acontecia na sua totalidade, pois havia, sim, o processo dessas colônias alemãs abraçarem-se. Então, assim, temos a diferença entre imigrantes que vinham da Europa para o Brasil como também migrantes que já estavam em terras brasileiras, mas de origens teutônicas que formavam todo o vale do Itajaí e Blumenau, era um evento comum a migração pelo território catarinense (Seyferth, 2011).

No litoral se via muito disso, o medo de ataques aéreos, medo de bombardeiros, sirenes que tiravam o sossego da população e causavam o horror e o medo. Os alemães e italianos eram mal vistos pelas ruas, quando andavam sozinhos decorriam suspeitas sobre eles (Fáveri, 2005), mas e aqui no Oeste catarinense, será que era da mesma forma? Veremos no decorrer do trabalho com a análise das fontes do CEOM encontradas para que venham responder essa e outras perguntas durante o percurso deste trabalho acadêmico. Desta forma, o presente trabalho foi dividido em dois capítulos.

O capítulo um trata da população originária local e depois a venda das terras e vinda dos descendentes de italianos e alemães, como foi mudada a paisagem e o meio ambiente desta região, sobretudo a contextualização da história do Oeste catarinense.

Já no capítulo dois, é abordada a história do jornal, como se analisa um jornal e seus métodos de análise por um historiador e depois segue com análises sobre a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos no jornal. São analisados como o jornal refletiu a Guerra na região de Chapecó e como ele se desenrolava o processo de nacionalização perpetrado pelo governo do Estado Novo.

2 O INÍCIO DE TUDO: A “COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE”

O presente capítulo analisa como a região Oeste de Santa Catarina viveu processos históricos com a chegada de migrantes europeus, migrantes oriundos da Europa e outros do Rio Grande do Sul à procura de novas terras cultiváveis e que dessem prosperidade às novas famílias que entraram nesta área que era, ainda, pouco explorada. Então, este capítulo trata da imigração e migração, da educação, da nacionalização perpetrada pelo governo em que estrangeiros deixam de ser estrangeiros para tornarem-se novos brasileiros. A produção de bens de consumo, as atividades agrícolas, o desmatamento e mudança ambiental do território catarinense, as novas cidades que foram erguidas com todo o povo que estava na região, desde indígenas, caboclos e ítalos e teutos, também são temas relevantes para a reflexão realizada.

Para Nodari (2009, p. 24), existem três momentos da colonização, a primeira sendo de indígenas Kaingang. A segunda, que permeia o século XIX, era a vinda de alguns portugueses na área, o que contribuiu para a miscigenação e criação de um povo, os caboclos que nasceram na região Oeste catarinense, sobrevivendo do corte de madeira e de erva-mate, uma fonte que trouxe vários conflitos por posses de terras, até entre Brasil e Argentina, em que ambos os países fizeram um acordo da posse da terra e o Brasil ganhou a questão, ficando o Oeste delimitado como terras brasileiras.

A Questão de Palmas foi um contencioso fronteiroço entre Brasil e Argentina, ocorrido no final do século XIX. Estava em disputa um território de 30.621 km² envolvendo, do lado brasileiro, a região Oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná e do lado argentino, a Província de Misiones (Corazza, 2016).

Posteriormente, veio a Guerra do Contestado, em que Santa Catarina e Paraná também brigaram por territórios do Oeste catarinense e Sudoeste paranaense. Ulteriormente a esses conflitos, começaram as levadas migratórias de teutos e ítalos do Rio Grande do Sul para o Oeste catarinense, onde teve início um levante de xenofobia daqueles que eram ítalos e teutos contra caboclos e indígenas, isso já em meados do século XX.

Após a Guerra do Contestado, Santa Catarina e Paraná fizeram um acordo delimitando as suas terras. Em 25 de agosto de 1917, o governo de Santa Catarina, através da Lei n. 1.147, criou os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó (Nodari, 2009, p. 29).

Depois de um tempo, em 1934, Joaçaba foi desmembrada em dois outros municípios, os de Caçador e de Concórdia. Sendo assim, o governo catarinense se viu na obrigação de povoar essas novas cidades e toda região Oeste para que não fosse mais contestada por nenhum outro estado ou país. Por isso, cada vez mais imigrantes e migrantes apareciam neste cenário, abandonando o vazio das terras do Oeste, e assim que os colonos tomaram posse, era obrigação

do estado abrir novas estradas que levassem caminho para outros territórios e ligassem estes povos à capital catarinense.

Partimos do pressuposto que os migrantes que optaram pelo Oeste de Santa Catarina tinham entre as suas principais motivações a busca da manutenção do padrão socioeconômico e cultural e mesmo melhoria dele. Era dado a entendera esses colonos, através de diferentes meios pelos quais eles avaliavam as condições da região, que poderiam manter suas famílias unidas devido a fartura de terras e que teriam condições de construir comunidades de acordo com a sua cultura étnica, fosse ela ítala ou teuta, enquanto que as renegociações dessas práticas socioculturais, impostas no decorrer do período, não haviam sido cogitadas por eles (Nodari, 2009, p. 33).

Mas isso mudou a partir de 1937, com a nova constituição promovida por Getúlio Vargas, que garantiu a caça e censura aos povos estrangeiros tanto na fala da língua originária de seu país natal, como também nos costumes e cultura. Bom, esta temática ficará em torno dos próximos capítulos, nos quais discutimos a política da Era Vargas e a produção de jornais que eram politizados de acordo com o que o governo queria que fosse mostrado a população, e conteúdos que eram censurados pela polícia, que andava cerceando estes espaços que detinham mais migrantes de língua alemã e italiana. Logo, aos poucos vamos esmiuçando cada vez mais este trabalho que tem muito conteúdo pela frente.

Os estudos de Nodari (2009) são complexos devido ao desafio metodológico de mapear a migração em território catarinense. A pesquisa exigiu visitas de campo em localidades de todos os tamanhos — de pequenas vilas a grandes centros — enfrentando a escassez de registros históricos, muitas vezes perdidos pelo tempo ou negligência. Dada a precariedade de detalhes sobre a história local e o extravio de cartas de colonização, foi necessário recorrer a autores estrangeiros para fundamentar as questões centrais do movimento migratório: quem migrou, em que quantidade, para onde e por quê?

Os problemas citados são cinco principais: o primeiro é a constatação de que parte dos estudos é baseada, principalmente, em dados quantitativos de larga escala, e as causas da migração são presumidas em vez de provadas, sendo interpretadas de uma forma simplista e generalizada (Nodari, 2009, p. 31).

O segundo problema é que a maioria das fontes são de estatísticas, fazendo um cruzamento de informações em anos e não uma análise mais complexa de modo que o historiador contemple de maneira mais contundente e horizontalmente mais dinâmico. O terceiro problema constatado é a dispersão de fontes entre vilas e pequenas comunidades. Os autores até têm documentação destes locais, mas quando se chega em médias e grandes cidades esses documentos se perdem. O quarto problema se relaciona com a pouca quantidade de diários e cartas que são encontrados, que algumas vezes dão uma pista sobre a motivação da migração. O quinto problema constatado é a concentração de fontes num único período histórico, deixando

de lado outras datas que também são importantes fora do contexto de estudo (Nodari, 2009, p. 31).

2.1 As companhias colonizadoras

No início do século XX, muitas companhias colonizadoras atuavam no Oeste de Santa Catarina com o objetivo de tornar as terras produtivas economicamente, entre elas atuavam: *Brazil Development and Colonization Company*, empresa subsidiária da Brazil Railway Company; a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia.; a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. e a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Limitada, mais tarde conhecida como Companhia Territorial Sul Brasil. O governo concedia as terras devolutas em troca de construção de estradas (Nodari, 2009, p. 35)

Os descendentes de imigrantes italianos e alemães do século XIX começaram a migrar para o Oeste catarinense e as companhias colonizadoras garantiam que esses colonos pudessem adaptar suas culturas ao novo território.

Muitas empresas colonizadoras adquiriram terras do governo e não conseguiram obter lucro imediato, o provimento de capital vinha aos poucos e muitas empresas que não conseguiram atingir sua meta de colonização adentraram numa situação delicada de dívidas, acumulando-as por muito tempo. Algumas dessas empresas acabaram falindo por não conseguirem solucionar o problema da colonização e fazer estradas para ligar os povoados e as cidades que estavam crescendo entre 1930 e 1940, período bastante ativo das companhias e de colonizadores na área Oeste de Santa Catarina.

As estradas eram abertas manualmente com enxadas, pás, picaretas e carrinhos de mão. As árvores e os pequenos arbustos eram retirados e derrubados com foices e machados. As pedras eram dinamitadas. O capataz recebia as orientações do engenheiro, que eram executadas sob suas ordens pelos peões (Vicenzi, 2008, p. 73).

Para Renilda Vicenzi (2008), o traçado das estradas não foi invenção da expansão colonial, mas sim carreiras e caminhos feitos por indígenas que se encontravam na região e por tropeiros que levavam mercadorias para São Paulo.

A construção e melhoramento das estradas era uma preocupação da companhia colonizadora. Quando os emigrantes viajavam para as terras colonizadas havia um trajeto muito difícil de percorrer, e depois da instalação das famílias nessas terras, era patente a preocupação com escoamento de produtos produzidos na colônia, pela precariedade das estradas.

Com o processo de colonização, dividiram-se as fazendas em pequenas propriedades ou lotes agrícolas para comercialização. Houve o cercamento através da delimitação espacial-territorial das novas propriedades. Essa prática não era utilizada por caboclos, mas entre a colonizadora e os migrantes significava a materialização dos

títulos de posse, a proteção e a consolidação da propriedade rural (Vicenzi, 2008, p. 76).

Segundo Renilda Vicenzi (2008), as fazendas eram divididas em pequenas quantidades de terras alinhadas a um picadeiro na mata virgem feito pela colonizadora Bertaso, eram pequenos lotes de 20 a 25 hectares onde foram agrupados em linha para melhor identificação da terra colonizada.

Com a comercialização das terras, iniciava-se o povoamento com descendentes de europeus. A linha passava a servir de comunicação entre a sede do município e interior (Vicenzi, 2008, p. 77).

A propaganda foi uma das formas utilizadas para garantir novos colonizadores. A empresa colonizadora, com sede no nordeste do Rio Grande do Sul, era o local onde encontrava-se o público-alvo, que eram descendentes de italianos, principalmente. Com a alta taxa de natalidade desses povos que estavam à procura de novas terras devido à escassez de terras no Rio Grande do Sul, a região oeste de Santa Catarina era bem chamativa para a mudança e colonização de um espaço pouco explorado.

Nas colônias, os casais possuíam um número significativo de filhos, que supriam as necessidades de mão-de-obra da economia familiar. Contudo, criava-se uma forte contradição, pois os filhos, ao chegarem à idade adulta, para casar-se necessitavam migrar para novas colônias. Assim, o processo migratório passou a ser contínuo, abrindo novos horizontes sociais e geográficos aos produtores que se encontravam nas pequenas propriedades rurais familiares, incapazes de sustentar a expansão demográfica. Migravam também para abandonar terras improdutivas, à procura de férteis (Vicenzi, 2008, p. 96).

Os sujeitos aqui estudados denominaram-se italianos para garantir um *status* de superioridade sobre os demais que estavam próximos às colônias. Mesmo que fossem filhos de brasileiros com italianos, eles se desenvolveram numa vertente como se fossem puramente europeus. Para garantir esse suposto *status* de superioridade, os ítalo-brasileiros mantiveram a cultura europeia ainda viva com canções, danças e arte cultural em seus espaços de convivência. A fé católica apostólica romana, a língua e a nacionalidade dos seus antepassados: tudo isso era uma obra de identidade de uma regionalização de descendentes de italianos.

Nos fatos, os nativos eram explorados, apenas de forma e com intensidade diversa, pois a uns era garantida a posse de terra e outros eram expulsos de suas terras sem a mínima reparação. A prerrogativa do trabalho do povo italiano fez com que a economia e o capitalismo crescessem na região. Muitas árvores e plantas quase entraram em extinção devido a depredação para a urbanização do município de Chapecó, ficando muitas das memórias nos brasões das bandeiras das cidades que advieram do desenvolvimento dos municípios do oeste catarinense.

Os indígenas, principalmente os Kaingang, estavam sobre estas terras desde o século XIX, porém trata-se de informações fragmentadas e superficiais, apontando sobretudo aspectos materiais, como as moradias ou sua localização. Foi em pesquisas recentes que foram achadas evidências de cultivo, coleta, caça e pesca, além de evidências de roça e plantio (Moretto; Brandt; Silva, 2018, p. 185).

Além dos povos indígenas, o planalto sul brasileiro era habitado por caboclos, frequentemente posseiros sem títulos de propriedade das terras de subsistência que ocupavam. Essa população, composta por descendentes de indígenas, negros e imigrantes do Uruguai e da Argentina, enfrentou o racismo e a marginalização das companhias colonizadoras que não hesitaram em expulsá-los para abrir caminho aos novos assentamentos. Essa expropriação gerou um cenário de conflitos enraizado em visões opostas: enquanto os caboclos praticavam uma agricultura de rotatividade e subsistência, os colonos ítalo-germânicos introduziram uma lógica capitalista, focada na produção de excedentes para comercialização através das estradas abertas pelas empresas de colonização.

2.2 A importância da educação na colonização

A educação era básica e escassa, era ensinado o primário, principalmente, e eram poucas escolas que existiam nas comunidades. Algumas capelas ou seminários serviam de sala de aula para os alunos, a disciplina era rígida e os professores tinham poder de bater nos alunos como se fossem os pais destes mesmos. A preocupação maior era que os alunos aprendessem a língua portuguesa e alguns cálculos de medida que podiam ajudar mais tarde na produção do campo. No oeste catarinense, a educação pode ser considerada recente se compararmos com outras regiões brasileiras nas quais aconteceram atividades educacionais ou catequéticas desde a chegada dos primeiros padres jesuítas, ainda no século XVI.

Assim que as comunidades de ítalos e teutos se formaram na região ocorreu a preocupação no desenvolvimento de novas escolas para a sociedade ali localizada. Isso se deu após a colonização do oeste e criação do município de Chapecó, em 1917.

No início, em 1910, não havia interferência do estado catarinense na educação dessa população colonizadora, as escolas ensinavam o idioma materno, que era o italiano e o alemão.

Assim, o Estado passou a se fazer mais presente nessas áreas de colonização, especialmente nos municípios mais antigos como Chapecó, São Miguel do Oeste e, em algumas vilas como São Carlos, Palmitos e Xaxim. Mesmo sendo só o primário, a escassez de professores era um problema comum, eram poucos os que tinham habilidade de atuar nas instituições de ensino, faltava professor. Por isso era ensinado somente o básico necessário para

a vida no campo, pois depois das aulas esses alunos, que eram filhos de colonos, eram mão de obra também.

No início da década de 1940, com a colonização, teve início a produção de suínos para aproveitamento da carne e da banha. Sua comercialização foi amplificada com as agroindústrias recém-instaladas em Chapecó nas décadas de 1950 a 1970, processo iniciado com a Cooperalfa, Aurora e, posteriormente, a Sadia, que era proveniente de Concórdia. Só na década de 1970 chegou à implementação do ensino médio, que exigia que os professores detivessem títulos de faculdade. Então, o ensino deixou de ser básico, passando a algo mais complexo onde exigiam mais dos professores e dos alunos. As escolas técnicas também vieram para região, pois, com a fase de desenvolvimento de agroindústrias na região de Chapecó, exigia-se mão de obra qualificada para a produção de alimentos.

Então, temos a educação como precursora do projeto de nacionalização, e também de preparar a população para a produção de agroindústrias no mais futuro projeto de civilização da região Oeste catarinense. Conforme ia crescendo o comércio, isso afetava a maneira de produção animal e vegetal, e para se ter tudo isto, era através da educação técnica que foi introduzida, além da formação de novos professores adequados a ensinar disciplinas mais especiais para cada tipo de produção agrícola. Foi por meio do programa de nacionalização da população, como também do projeto de nacionalização da produção dos bens consumíveis, que se deu a melhora da educação através das décadas de colonização.

2.3 A colonização de Cruzeiro

Aqui analisamos a atuação das companhias colonizadoras na reconstrução do antigo espaço no município de Cruzeiro. Essa reconstrução se deu a partir da divisão de terras em pequenos lotes destinados à agricultura familiar e vendidos pelas empresas colonizadoras a milhares de migrantes colonos, principalmente descendentes de italianos, alemães e poloneses (Radin, 2009, p. 13).

O período analisado vai do início do século XX, onde foi construída a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, das décadas de 1910 e 1920, um período conturbado pelos camponeses que viviam sobre as terras da estrada de ferro, culminando na Guerra do Contestado e matando milhares de pessoas e despovoando a terra para um novo povoamento feito por colonizadores. Entre 1930 e 1950 foi o auge da colonização da região, pois já tinha a estrada de ferro e as terras prontas para a colonização.

No primeiro período das décadas do século XX o Brasil se preocupava com a necessidade de modernizar o país, conquistar o sertão, colonizá-lo e modernizá-lo. Esta visão

era feita pelos governantes e intelectuais da época, pois viam como terras não aproveitadas e que o sertão deveria ser explorado com uma classe de povoamento que fosse capaz de produzir e comprar mais terras para o desenvolvimento.

Situado à margem direita do rio do Peixe e da ferrovia São Paulo – Rio Grande, Cruzeiro foi criado em 25 de agosto de 1917, com extensão territorial de 7.680 quilômetros quadrados, e dele originaram-se vários municípios. Para Radin (2009), a função exercida pelas companhias colonizadoras assumiu um significado particular, pois ela sobressaía-se com o estabelecimento de colonização feita pelo Estado de Santa Catarina. Nesse devaneio, os negócios sobre as terras sobrepujaram-se apenas às companhias colonizadoras que detinham o capital das terras e o controle sobre elas.

O sertão era difícil de compreender como uma terra própria para a colonização, pois era uma terra sem lei, sem jurisdição, e isto foi visto pelos governantes brasileiros, que deram-se conta que o sertão era a maior parte do território brasileiro, onde havia indígenas e sertanejos, estes que eram resistência contra o colonialismo feito pelo Brasil pela ótica governamental. E se não houvesse esses indígenas e sertanejos, por quem mais seria habitado? Não teria ninguém se não fosse a mão do governo em modernizar o sertão com o efeito de migrantes vindos do sul do Brasil, principalmente para Santa Catarina, teutos e ítalos advindos do Rio Grande do Sul, já que não viam mais oportunidade de crescimento e prosperidade naquele estado.

O entendimento de sertão trazia consigo a ideia de ausência, era visto como um vazio sociocultural, não se tratava apenas de um território não preenchido, mas faltava algo, e se colocava a necessidade de dar conta dessa carência. Ela estava ligada a uma espécie de missão atribuída ao homem branco de levar a civilização aos espaços não civilizados (Radin, 2009, p. 18).

Na colonização de Cruzeiro, na percepção governamental, as representações de incivilidade são perceptíveis com a presença de caboclos e indígenas, colocando estas terras como sem lei e terra da preguiça, pois não era produzido nada de capital que serviria de produção agrícola naquele espaço. Então, o governo determinou a desocupação dessas terras por parte de indígenas e caboclos para dar espaço ao colonizador branco e capitalista.

Nas discussões sobre a realidade brasileira como um país desenvolvido, como os países civilizados, o Brasil estava longe disso, pois era um país de maioria miscigenada e que não reconhecia seu povo negro pobre, indígenas e caboclos. Como poderia ser um país mais civilizado com precariedade no ensino escolar, sendo a maioria das pessoas iletradas e não tendo acesso a uma educação de formalidade? O que fazer com uma população dessas? A não ser as pessoas das grandes cidades e capitais que detinham até uma educação infantil ministrada por professores inapropriados.

E o Brasil, sendo de origem miscigenada, entraria numa guerra de sangue por questões raciais, visto que os países do bloco do Eixo exerciam políticas raciais de expurgo de raças indesejadas e mestiços eram vistos com desgosto. E este país de pouca educação e miscigenado entraria para a história como vencedor.

Como Radin (2009) salienta: “o povo colonizador deve ser propício ao desvendar a mata, cortar a madeira e vendê-la para o mercado, como se diz, trabalhar de forma capitalista, aproveitar tudo que a terra lhe proporciona e que sejam sujeitos que ambicionavam as terras e fazia delas o lucro da família. Com a construção de escolas, igrejas, clubes, casas de comércio e pequenas indústrias, que potencializaram, em capital, o que a região oferecia, visto que isso simbolizava o avanço civilizatório e do progresso.

Havia, também, o interesse no branqueamento da sociedade, e assim se fez com o despovoamento indígena e caboclo: os ítalos e teutos não deveriam misturar-se com outras raças, assim identificando uma população de só uma cor de pele, a branca, e quanto mais deixassem de lado as populações originárias da região excluídas do progresso branco, era melhor para o governo brasileiro, mostrando que sua população era branca e estava deixando de ser mestiça; essa era a política de branqueamento feita até meados do século XX. A política de branqueamento já vinha desde a segunda metade de século XIX, quando foram soltos os negros da escravidão, então, rapidamente, o governo mobilizou estruturas que trouxessem imigrantes europeus para o Brasil, para que houvesse branqueamento da população no campo social e de trabalho.

As representações que se construíram em torno desse contexto foram permeando a memória, em especial dos migrantes e colonizadores, e estão inseridas numa complexa teia de disputas pelo poder. Entre os migrantes, é comum ouvir manifestações destacando o sacrifício empenhado nos primeiros anos da colonização como parte de uma “trajetória civilizadora”, ou que o pioneirismo dos migrantes “fundou um novo tempo” (Radin, 2009, p. 20).

Entende-se que os diferentes grupos que pertenciam a região, como as companhias colonizadoras, o governo do Estado, migrantes colonizadores, indígenas e caboclos, brigavam por uma forma de poder dentro do contexto civilizatório, pois tinham visões distintas de governo e tipo de sociedade que foi construído e reconstruído. Por isso, havia várias intencionalidades entre esses grupos de assegurar o poder para si para comandar a área demarcada de Cruzeiro; eram tramas e estratégias de angariar o poder por cada um dos grupos aqui mencionados.

Assim, o governo atribuiu que os civilizados e os incivilizados, o trabalhador e o preguiçoso, tomariam mais providência aqueles que migraram para Cruzeiro e desvendaram o

município com o trabalho e modo civilizatório, tendo poder sobre outras terras que eram de indígenas e caboclos. Desse modo, marginalizam ainda mais esses dois grupos, impedindo que adentrassem na sociedade ali construída, e onde esses marginalizados estariam, seriam expulsos em nome do desenvolvimento e progresso dos brancos que aqui chegaram.

Evidencia-se como as companhias colonizadoras operacionalizaram o propósito do Estado de efetivar a colonização dos “espaços vazios” para promover o “progresso” regional. Isso deveria significar a superação da condição socioeconômica em que a região se encontrava. Haveria um tempo de “construção da civilização” ou para a incorporação das populações locais aos propósitos almejados pelas elites, e o preço a se pagar era facilitar as concessões de terras, fato que se observa com clareza, especialmente no início da década de 1920 (Radin, 2009, p. 22).

A igreja ajudou no processo “civilizatório”, corrompendo com ideias de personalidades religiosas que viviam na época do contestado, e também ajudou na educação e na manutenção da religiosidade de todos que viviam na colonização de Cruzeiro, mantendo a ordem e a disciplina religiosa de todo o povoamento do município.

O uso da categoria migrante se refere, em especial, aos descendentes de italianos, alemães e poloneses, majoritariamente os colonizadores da região. Como o termo é usado de forma genérica, inclui os imigrantes, apesar do número não ser significativo. Entende-se que não formaram um grupo uniforme, assim como não formavam os diferentes grupos étnicos. A categoria se relaciona aos qualificativos que lhe eram atribuídos e que se auto atribuíam de bons trabalhadores, progressistas, ordeiros, ideais para a colonização (Radin, 2009, p. 24).

Apesar da Guerra do Contestado, que aconteceu entre 1912 e 1916, ter travado um período de colonização, esse processo fez uma situação de limpeza da área que seria colonizada pela companhia colonizadora, permitindo uma posterior rápida ascensão do território feita por colonos de origem europeia. Isso foi um fato marcante na história regional, pois muitos morreram e tiveram que fugir de suas terras de posse para a entrada do exército brasileiro no local de contestação.

A ideia de Brasil moderno está relacionada, geralmente, à colonização e povoamento do sertão brasileiro por famílias europeias ou descendentes de europeus, como já dito anteriormente nesse texto. O que preocupava o governo é que fossem famílias civilizadas, ordeiras e trabalhadoras, e isso acontece no Brasil todo, não somente em Cruzeiro, que depois se torna Joaçaba, nem em Chapecó, mas no sertão do país como um todo, via-se o Brasil como um produtor agropecuário. Levando essa situação de um Brasil agrícola e pecuário, se viu uma marcha de imigrantes, como os bandeirantes, para áreas de sertões do Brasil, isso afetando o

bem-estar de comunidades locais, onde o conflito entre indígenas e caboclos era sempre inevitável, pois esses dois grupos, dos quais já falamos aqui, eram marginalizados e menosprezados pelo governo estadual como também pelo próprio governo federal.

Com o avançar dos anos, a civilização mudou, começou uma nova mestiçagem entre caboclos e italianos, alemães com indígenas, e foi se formando uma nova classe operária que trabalhava em grandes agroindústrias de Santa Catarina, uma nova percepção de sociedade.

Mas ainda uma sociedade brasileira formada por maioria de negros, embora comandada por brancos, o sistema de marginalização nunca acabou: ele continua desde a colonização, pois o pardo é visto como bugre ou índio ainda, mas pensamos que futuramente esse pensamento colonizador e opressor saia da mente dos brasileiros, porém é uma tarefa difícil com uma sociedade polarizada entre esquerda progressista e uma direita conservadora. Estamos na era dos extremos novamente.

3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO JORNAL

Para começarmos este capítulo, devemos mostrar a origem do jornal no Brasil e depois em Chapecó, com o *A Voz de Chapecó*, a tabela feita para catalogá-lo, e descobrir as pessoas envolvidas na construção deste jornal: quem eram, o que faziam, quem eram os proprietários e seus editores, que tipo de visões eles poderiam ter durante a Segunda Guerra Mundial e o desdobramento do Governo de Getúlio Vargas.

O jornal brasileiro já começou com nuances europeias advindas da Inglaterra, foi publicado em Londres o primeiro periódico em 1808, chamado *Correio Braziliense*, com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro fugindo de Napoleão Bonaparte.

Nesta conjuntura, o jornal estava longe de ser porta voz dos mais abastados da sociedade, fazia críticas à metrópole, ao rei, rainha e toda família imperial que chegou à colônia que se tornaria reino junto a Portugal e Algarves. O jornal atacava os interesses da família real e de sua corte e seus anseios no Brasil.

A expansão da colônia ao Reino Unido abriu a porta para variados periódicos, como por exemplo a *Imprensa Régia*, que só em São Paulo tem-se registro de 1500 periódicos datados do século XIX.

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado (Martins; Luca, 2012, local. 7).

A origem do jornal *A Voz de Chapecó* data de 3 de maio de 1939, coincidindo com o início do conflito na Europa que se alastrava pelo mundo todo. O dono era o juiz da comarca de Chapecó, doutor Antônio Selistre de Campos, já Selistre acompanhava casos judiciais de várias varas do judiciário, portanto, então, tendo grande influência sobre a população local.

O diretor do jornal era Vicente Cunha e o gerente era Octavio Silva:

[...] o diretor Vicente Cunha foi o advogado, diretor do jornal *A Voz de Chapecó* e político contou com o apoio da família Bertaso para vencer as eleições e assumiu o Poder Executivo Municipal em 18 de dezembro de 1947. A posse foi um marco ainda mais importante para a história de Chapecó, pois ele foi o primeiro prefeito eleito no município. Em seu mandato foi construído o prédio que abrigou a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, que foi transferida em 1974 para um novo prédio da Prefeitura. Atualmente, o antigo prédio abriga o Museu de História e Arte de Chapecó (MHAC) e o Museu Antônio Selistre de Campos (Masc). Vicente Cunha ficou no cargo por 749 dias, entre 1947 e 1950, até a data do falecimento. Atribui-se a ele, um grande impulso ao crescimento do município, principalmente nos setores agrícola, comercial e industrial (Dr. Vicente Cunha..., 2017).

Já o gerente do jornal, como mencionado acima, era Octavio Silva. Vamos descobrir um pouco sobre a vida desta figura principal que ajuda na construção do jornal:

Os sócios fundadores do jornal, segundo Petrolli (2008), foram: Coronel Ernesto Francisco Bertaso, seu filho Serafim Enoss Bertaso, Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, Dr. Antônio Selistre de Campos, e o advogado da colonizadora Bertaso e diretor do periódico, Vicente Cunha. Além destes, havia ainda a colaboração do advogado Cid Loures Ribas e o gerente comercial do jornal, Octavio Silva. Para este autor, a grande preocupação destes personagens era com a modernidade e a busca pela superação do atraso em que vivia a pequena vila Passo dos Índios (Scheffer, 2019, p. 35).

Já sabemos os envolvidos nas programações e na construção do jornal, e para chegar até estes documentos foram necessárias viagens de Xanxerê, onde reside o autor desta obra, para Chapecó, em um instituto em específico. O instituto a ser vasculhado para o estudo e recolhimento de imagens das fontes foi o CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Lá encontravam-se os jornais guardados em gavetas em temperatura adequada para que se preserve o material. O pesquisador, em 2016, quando foi ao CEOM, até usou luvas descartáveis para diminuir o contato que viesse deteriorar o material e foi uma experiência incrível, pois ali estava, nas suas mãos, todo o conteúdo sobre colonização e notícias da guerra até então veiculadas pelo jornal.

Após a pesquisa, o material foi devolvido para resguardo do CEOM e as imagens foram levadas para casa para um tratamento. Que tipo de tratamento foi esse? Foi com certeza o de catalogação dos jornais, e abriu uma lacuna no espaço temporal, porque o jornal foi de 1939 a 1941, somente, não tendo mais continuidade durante a Segunda Guerra Mundial. Não havia uma fonte segura como textos ou livros que viessem e dissessem que por tal motivo o jornal parou e só voltou na década de 50. Em pesquisa na *internet*, encontramos um resultado: o jornal foi desativado por censura do Estado Novo, a ditadura de Getúlio Vargas.

Depois de sanar esta dúvida que pairava sobre nossas cabeças, começamos a catalogar o jornal em tabela. Por que em tabela? Porque facilita a procura de uma manchete que esteja a mostra no jornal e que seja de grande relevância para este trabalho. Começamos pela data da publicação do jornal; posteriormente, com ênfase em negrito, colocamos a matéria em negrito, para ter noção do que ela vai falar e para que o historiador esteja atento para o que vem para ele enfrentá-lo como notícia e tratar ela de forma imparcial o máximo possível.

E, por último, como os jornais foram catalogados como Formato de Documento Portátil (PDF), pegamos o número da página em PDF que se encontra, formando um índice para o historiador encontrar rapidamente o texto que ele quer estudar, pois são 79 matérias de jornais catalogadas, é muito documento para ser estudado, e aqui neste presente trabalho, das 79 matérias, escolhemos 10 para estudar. Por que apenas 10? Porque é um vasto caminho, e tem coisas mais relevantes, como estamos tratando da Segunda Guerra Mundial, vamos escolher sobre este tema, e sobre colonização e processo de nacionalização de estrangeiros ou

colonos deixaremos para, posteriormente, quem sabe, em outro trabalho que venhamos a fazer, mas nada concreto ainda sobre isso.

Como Tânia de Luca escreve em seu texto de fontes impressas, até a década de 1970, os historiadores não viam o jornal como peça central de uma pesquisa histórica, e nem se levava em consideração, conforme Luca, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa.

E como enfatizamos anteriormente, a censura acontece, ainda mais em meios totalitários, onde o controle absoluto sobre as informações a serem propagadas para manter a sua ordem de regime, e Tânia de Luca adverte sobre isso: Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (Luca, 2008, p.129).

Então, desta maneira, devemos observar o jeito que foi tratada a matéria, se ela passou por uma inspeção de censura antes de ser publicada, ou quais matérias foram relativamente censuradas, lembrando que temos uma sociedade formada por ítalos e teutos. Será que este jornal se preocupava com essa população ou não? Aí que fica a questão para nós respondermos na parte seguinte deste capítulo.

Tania de Luca coloca um título bem específico de como fazer as pesquisas, onde, muitas vezes, o historiador não vai encontrar em ordem, vai encontrar materiais deteriorados de difícil acesso à leitura. Então, o historiador que vai trabalhar com jornais tem que estar atento a essas dificuldades, e ela coloca pontos para que o historiador tenha referência em sua pesquisa da imprensa, como por exemplo:

Localizar a(s) publicação(ções) na história da imprensa.
 Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade).
 Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo. Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação.
 Caracterizar o grupo responsável pela publicação.
 Identificar os principais colaboradores.
 Identificar o público a que se destinava.
 Identificar as fontes de receita.
 Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida. (Luca, 2008, p. 142).

Seguindo o texto da Tânia de Luca, já temos um norteamento para trabalharmos com nossos jornais, já conhecemos os que o fundaram, os que editavam eram homens de poder na

sociedade de Chapecó na época, como o coronel Bertaso. Vamos ver em diante o que estes homens foram capazes de publicar sobre a Segunda Guerra Mundial.

3.1 Análise dos jornais

Então, seguiremos com análise do jornal *A Voz de Chapecó*, compartilhando e analisando dez matérias do jornal para entendermos seus serviços prestados à sociedade da época. Foram analisadas dez matérias do jornal do qual as matérias tratariam sobre nacionalização e sobre a Segunda Guerra Mundial, e também pelo caráter que elas possuem sobre a guerra e sobre a política interna no Brasil daquele período, porque o jornal teria que lidar com duas problemáticas.

A primeira era de uma sociedade formada por estrangeiros oriundos dos países beligerantes da guerra, então teria que se ter certo cuidado para não desagradar esta população majoritariamente advinda de europeus, ainda mais com sentimento de pertencimento daqueles países participantes da guerra, como a Alemanha e a Itália.

Segundo, era tratar matérias nos jornais para cidadãos oriundos da europa que estavam em processo de uma política de nacionalização. Essa política de nacionalização, como veremos no decorrer da análise do jornal, era para quebrar e afastar qualquer indício de culturas estrangeiras. A regra era clara: era descendente de europeu mas nasceu no Brasil, este cidadão é brasileiro e deve servir a sua nação, que é o Brasil, e não braços estrangeiros. Então, o que o governo brasileiro queria era cortar as raízes sanguíneas que havia entre descendentes de europeus com suas origens antepassadas da europa, para uma nova vida como brasileiro vivendo em terras brasileiras.

Com dez matérias, pudemos analisar de maneira coerente o que se passava pelo oeste catarinense, e investigar como o jornal se portava perante a sociedade do período, e assim podemos construir uma conclusão segura sobre suas produções e qual era o pensamento daquela época em uma cidade interiorana no oeste catarinense que estava no início de seu povoamento.

Figura 1 – Nossa ação



Fonte: CEOM (2021)

No que se refere em “Nossa Ação”, o jornal diz em seu início:

Não é leitura para letrados. Aos homens simples, que são maioria de nossos patrícios desta zona, e que não assinam grandes jornaes das capitaes, pretendemos ser uteis, transmitindo noticias de acontecimentos de ordem geral na medida do possível (A Voz de Chapecó, 1939, p. 1).

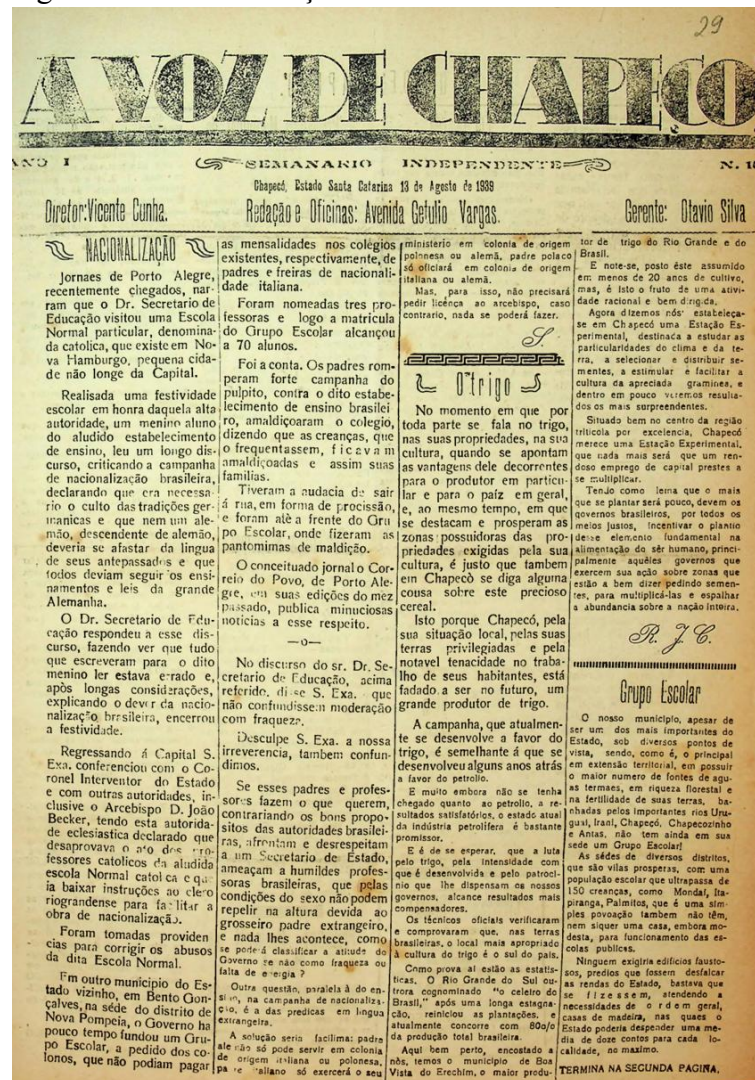
O periódico apresentava uma estrutura simplificada para atender a uma comunidade composta por colonos de origem ítalo-germânica, além de caboclos e indígenas. Devido ao baixo índice de escolaridade e à alfabetização precária dessa população, o jornal adotava uma linguagem acessível e direta. Essa estratégia editorial visava integrar o leitor ao noticiário semanal e garantir a notoriedade do impresso entre os colonizadores que ainda enfrentavam barreiras com a língua portuguesa. Outro trecho importante na matéria “Nossa Ação” sobre a nacionalização:

Nossas idéas sobre nacionalização, o que hoje é um dos principaes problemas do paiz, e a que nos dedicaremos, especialmente dos meios coloniaes, que permanecem no meio da florescência da influencia estrangeira, repousam na compreensão de que nossa ação deve ser persuasiva, norteadas no espirito de harmonia, amizade e justiça e não no desejo de vinganças ou represálias agressivas (A Voz de Chapecó, p. 1, 1939).

O jornal já tinha conhecimento do projeto de governo de nacionalização da população, ou seja, povos estrangeiros deveriam ser abasileirados, serem falantes e ouvintes da língua portuguesa e não mais dos seus países de origem, tudo o que deveria ser ensinado e divulgado era sobre a nação brasileira, a pátria brasileira. O jornal já se encontrava em regime de censura da constituição de 1937 como pode-se notar no próprio jornal acima ilustrado. Então, divulgar as notícias da Segunda Guerra Mundial no jornal seria uma faca de dois gumes. Teria que atender os aspectos da censura do governo de Getúlio Vargas, que era o Estado Novo, e agradar uma população majoritariamente descendente de italianos e alemães em que suas nações anteriores estavam travando a guerra no front europeu.

Agora, partiremos para uma segunda matéria do jornal, do mesmo ano, explicando a “Nacionalização” perpetrada pelo governo de Getúlio Vargas. A matéria provinha do estado vizinho Rio Grande do Sul, o que garante que a prática de nacionalização da educação estava sendo levada a sério pelo país todo, mas aqui no sul do Brasil encontrava-se resistência por parte de alemães, italianos e polacos. Vejamos a matéria no jornal:

Figura 2 – Nacionalização



Fonte: CEOM (2021)

Há uma matéria do jornal *A Voz de Chapécó* sobre “Nacionalização”, onde ainda se vê que o processo de nacionalização era criticado:

Realizada uma festividade escolar em honra daquela alta autoridade, um menino aluno do aludido estabelecimento de ensino, leu um longo discurso, criticando a campanha de nacionalização brasileira, declarando que era necessário o culto as tradições germânicas e que nem um alemão, descendente de alemão, deveria se afastar da língua de seus antepassados e que todos deviam seguir os ensinamentos e as leis da grande Alemanha (A Voz de Chapécó, 1939, p. 1).

Essa reportagem era sobre um colégio católico particular da cidade de Novo Hamburgo – RS. A realidade retratada no estado vizinho a Santa Catarina é um espelho da sociedade chapecoense, porque se faz jus à colonização majoritariamente de alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul.

Então, havia receio com a educação chapecoense entrasse pelo mesmo caminho que estava a educação no estado ao lado, com uma população como acima ditado, o mesmo

problema na educação e na nacionalização na região de Chapecó haveria de ocorrer, ainda mais com colégios que eram majoritários católicos com padres alemães e italianos que ensinavam a língua estrangeira aos alunos, e isto brevemente causaria rebeldia dos alunos com a nacionalização do sistema de ensino também. Vejamos mais trechos da matéria:

Regressando a capital S. Exa. Conferenciou com o Coronel Interventor do Estado e com outras autoridades, inclusive o Arcebispo D. João Becker, tendo esta autoridade eclesiástica declarado que desaprovava o ato dos professores católicos da aludida escola Normal católica e que ia baixar instruções ao clero riograndense para facilitar a obra de nacionalização (A Voz de Chapecó, 1939, p. 1).

Após a visita do secretário da educação do governo do Estado Novo ao Rio Grande do Sul, houve intervenções federais com a nacionalização da educação. Mesmo assim, isso não impediu que houvesse outros casos de rebeldia contra este processo. Na mesma matéria pode-se ler que ocorreram problemas na criação de uma escola pública no estado do Rio Grande do Sul, onde não se tinham padres católicos, muito menos padres que fossem estrangeiros e ensinassem a língua estrangeira e cultura para os alunos. Desta forma, veio uma resposta pelos padres contra a escola pública recém-aberta para alunos de colonos que não podiam pagar por um colégio particular, estes demonizaram a escola pública, pregando que esta advinha de maldições e que quem a frequentasse seria amaldiçoado. Fizeram até procissões em frente a referida escola para amaldiçoá-la, criando temor por parte da população em frequentar a escola (A Voz de Chapecó, 1939, p. 1).

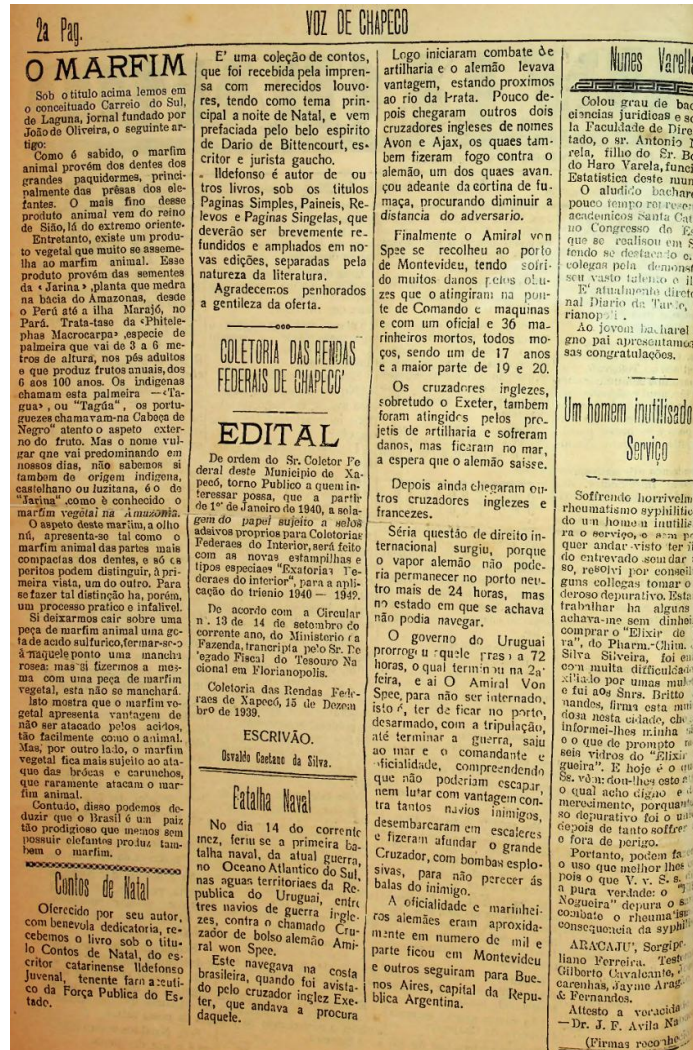
Para o jornal *A Voz de Chapecó*, os padres de diferentes nacionalidades deveriam ser trocados de forma a garantir que não houvesse culto a diferentes culturas que não fosse a brasileira, por exemplo: padre alemão dá aula em escola italiana, padre italiano dá aula em escola alemã etc.

O jornal, na matéria exposta abaixo, intitulada “Batalha Naval”, falou sobre a Batalha do Rio da Prata entre britânicos e alemães.

No dia 14 do corrente mez, feriu se a primeira batalha naval, da atual guerra, no Oceano Atlantico do Sul, nas aguas territoriais da Republica do Uruguai, entre três navios de guerra ingleses, contra o chamado Cruzador de bolso alemão Amiral won Spee [...] Logo iniciaram o combate de artilharia e o alemão levava vantagem, estando próximos ao rio da Prata [...] Finalmente o Amiral von Spee se recolheu ao porto de Montevideu (A Voz de Chapecó, 1939, p. 2).

Nesta matéria, vemos que as batalhas eram travadas não só em solo europeu, mas nos mares ao sul do globo terrestre, ou seja, realmente era uma guerra mundial, onde por enquanto alguns países participavam, mas com o decorrer dos anos, mais nações iriam adentrar no conflito mundial, levando do palco da Europa, para todos os mares do planeta. O único continente que não foi afetado diretamente durante o conflito foi o americano, mas os demais como: Europa, Ásia, Oceania e África, foram afetados com batalhas diretamente.

Figura 3 – Batalha Naval



Fonte: CEOM (2021)

A batalha no Atlântico Sul começou com a batalha entre três cruzadores britânicos e o cruzador pesado Admiral von Spee. Esse cruzador de batalha alemão era um grande navio e com poderoso armamento de canhões e torpedos, então levava temor em águas internacionais, e para a Inglaterra era crucial naufragar e destruir este navio. Logo, interceptá-lo era um objetivo para a *Royal Navy* (Marinha Real).

O interessante é que o jornal mostra a notícia em total de suas características do fato que ocorreu, mostrando o número de mortos e feridos. Lendo a notícia toda, você percebe os detalhes que o jornal usa para divulgar a matéria, e isso com certeza iria trazer um impacto para os descendentes e colonizadores oriundos da Alemanha, porque estaria tratando sobre um orgulho nacionalista que ainda estava perpetrado com o país de sua origem, ainda não se tinha uma total nacionalidade brasileira como vimos no jornal anteriormente, havia resistência desta

população com relação ao pacto do governo federal de nacionalização do povo brasileiro, mesmo estes sendo de origem estrangeira.

[...] e aí o Amiral Von Spee, para não ser internado, isto é, de ficar no porto, desarmado, com a tripulação, até terminar a guerra, saiu ao mar, e o comandante e oficialidade, compreendendo que não poderiam escapar, nem lutar com vantagem contra tantos navios inimigos, desembarcaram em escaleres, e fizeram afundar o grande Cruzador, com bombas explosivas, para não perecer as balas do inimigo (A Voz de Chapecó, 1939, p. 2).

O jornal detalha o desfecho final da batalha, tendo o navio cruzador alemão naufragado pela própria tripulação para que não fosse abatido por inimigos ou capturado por eles, pois se tratava de uma arma poderosa que não deveria ficar sob as mãos inimigas do Terceiro Reich. O jornal ainda diz que alguns marinheiros seguiram para Montevideu e outros para Buenos Aires, capital argentina. Não obtivemos notícias se alguns desses oficiais, no futuro decorrente, voltaram para Alemanha, ou se até mesmo cruzaram a fronteira e se instalaram no Brasil em colônias pertencentes aos teutos no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina.

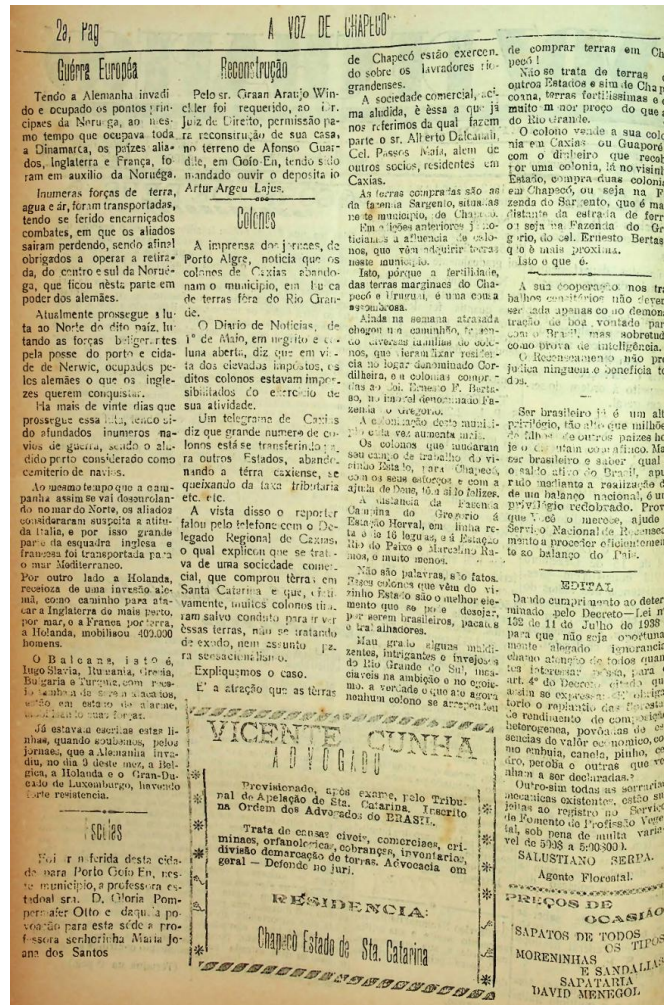
Na notícia “Guerra Européia”, abaixo, o jornal traz a tona a batalha da Noruega, como podemos ver, “Tendo a Alemanha invadido e ocupado pontos principais da Noruega, ao mesmo tempo que ocupava toda a Dinamarca, os países aliados, Inglaterra e França, foram ao auxílio da Noruega” (A Voz de Chapecó, 1940, p. 2).

O relato aborda a expansão nazista na Europa, iniciada na Polônia e estendida à Dinamarca e Noruega. O interesse alemão nesses territórios era estratégico: o controle de jazidas de ferro e aço, essenciais para a indústria bélica em seu auge de produção. Naquele estágio do conflito, a superioridade alemã era evidente frente à descoordenação dos Aliados. Erros estratégicos resultaram em pesadas perdas navais para as forças anglo-francesas, vulneráveis aos ataques coordenados da Luftwaffe, da Kriegsmarine e da constante ameaça dos submarinos nos oceanos Atlântico e Ártico.

Para desacelerar a produção de armamentos por parte da Alemanha, era crucial aos aliados retomarem esses países, assim a Alemanha teria poder limitado para sua fabricação, pois não teria aço e ferro suficientes para sua produção. Porém, a ofensiva aliada fracassou totalmente, com soldados ingleses e franceses desistindo da ofensiva após meses de combates e começando a guardar e enviar tropas à França, pois logo esta seria atacada e não teria recursos para uma defesa efetiva, mesmo com tropas britânicas em seu território.

[...] Por outro lado a Holanda, receioza de uma invasão alemã, como caminho para atacar a Inglaterra de mais perto, por mar, ou a França por terra, a Holanda, mobilizou 400.000 homens. [...] Já estavam escritas estas linhas, quando soubemos, pelos jornais, que a Alemanha invadiu, no dia 9 deste mês, a Bélgica, a Holanda e o Grand-Ducado de Luxemburgo, havendo forte resistência (A Voz de Chapecó, 1940, p. 2).

Figura 4 – Guerra Européa



Fonte: CEOM (2021)

O periódico demonstrava antecipar o ataque alemão à Holanda, que se concretizou por meio da tática da *Blitzkrieg* (guerra-relâmpago). A velocidade da ofensiva impossibilitou a defesa dos Países Baixos, destacando-se o uso inédito de paraquedistas na captura do Forte Eben-Emael, rendido em apenas uma hora. Com essa vitória, Hitler pavimentou o caminho para a invasão da França, movido pelo desejo de revanchismo contra o Tratado de Versalhes e pelo objetivo de subjugar o território francês. Seus generais alemães já estavam preparando uma ofensiva contra a França que partiria de duas pontas de lança, ou chamamos de frente de batalha, uma que era persuasiva e que partiria da Holanda para distrair as forças inglesas e francesas, e outra mecanizada com a *Blitzkrieg*, contornando a floresta das Ardenas, que os franceses achavam que era intransponível para qualquer exército. Os alemães mostraram o contrário do que os franceses pensavam. A guerra contra a França ficará para outras matérias posteriores.

Figura 5 – Guerra Russo Filandeza



Fonte: CEOM (2021)

O jornal traz, na matéria da “Guerra Russo Finlandeza”, as batalhas duras entre os dois países, em que os russos estavam sofrendo pesadas baixas:

Depois de três meses de luta entre a Rússia, com seus 180 milhões de habitantes, e a Finlândia, contendo menos de quatro milhões, foi feita a paz entre esses dois países. O pequeno paiz ofereceu uma resistência heroica e extraordinária, infligindo contínuas derrotas aos agressores, mas afinal, sendo certo que teria que ser destruída pelo seu terrível e poderoso inimigo, concordou em entregar uma parte do seu território, uma decima parte talvez. Duas cidades cuja população transportou-se para território finlandez foram conquistadas pelos russos. As simpatias do mundo inteiro foram pela Finlândia, salvo da Alemanha, que esta ligada a Rússia comunista (A Voz de Chapecó, 1940, p. 1).

A Rússia queria expandir territórios como a Alemanha Nazista estava fazendo, e o alvo da vez foi a Finlândia, mas a população daquele país estava completamente preparada e tinha um inverno tão rigoroso e mais forte que o inverno russo, que não estavam preparados para este clima e para atacar sob as fortes nevascas que tinham na região.

Diante da escassez de armamento pesado, os finlandeses celebrizaram-se pelo uso do coquetel molotov contra os blindados soviéticos. A arma, composta por uma garrafa com

líquido inflamável e um pavio, forçava a tripulação a abandonar o veículo em chamas, tornando-a alvo fácil para a infantaria. Somado a isso, a maestria dos finlandeses como caçadores permitiu o uso letal de *snipers* camuflados na neve. Atuando com vestes brancas, esses atiradores de elite dizimavam as tropas russas à longa distância, enquanto o uso de dispositivos incendiários impedia o avanço de curto alcance, resultando em pesadas baixas para o Exército Vermelho (Hobsbawm, 1995).

Na matéria de “Mondaí”, ilustrada a seguir, temos um caso de rebeldia contra a nacionalização em que foi chamado um aparato de polícia para repreender o autor de irradiações estrangeiras durante a guerra: “Chegou ao nosso conhecimento que a praça de polícia destacada em Mondaí, invadiu a propriedade do sr. Ricardo Brucgemann. Pelas 20 horas da noite, a pretexto de proibir que fossem ouvidas pelo radio irradiações de Berlim.” (A Voz de Chapecó, 1940, p. 2).

Nesta reportagem, vemos que cidadãos do oeste catarinense ainda mantinham contato com rádios de outros países, principalmente Alemanha, dos quais estes eram descendentes e queriam manter contato com seus países de origem. A polícia foi destacada para reprimir as irradiações feitas de Berlim pelo sr. Ricardo, isso mostra que o aparato estatal de repressão estava querendo controle total sobre a população da região.

Por mais que a polícia reprimisse os contatos dos alemães e italianos com os países da Europa, mesmo sob pressão eles continuavam a contatar o exterior, pois queriam saber da guerra que estava sendo travada em território europeu. Isso mostra para nós que, mesmo com aparato estatal de repressão e nacionalização, os colonos mantinham contato com sua pátria mãe.

Na matéria “Guerra Européia” tratava-se sobre o grande feito alemão contra a França:

Após a grande ofensiva contra a França, este paiz se submeteu a armistício, tendo aceito as imposições de seus inimigos. [...] O mesmo ocorreu com a Italia, que interviu na guerra, ao lado da Alemanha, quando a França já estava subjugada, e também impôs suas clausulas de submissão a França vencida, que prometeu e entregou a Alemanha sua esquadra e armamento principal, desmobilizando o seu exército (A Voz de Chapecó, 1940, p. 2).

Figura 6 – Mondai

2. PAG. A VOZ DE CHAPECO

Reunião pedagógica
 Instalou-se no dia 1.º do corrente, em uma das duas salas da casa das Escolas Reunidas, desta cidade, a primeira reunião pedagógica do corrente ano, em Chapecó. Foi convocada e presidida pelo sr. José da Mota Pires, inspetor escolar e compareceram diversas dezenas de professores primários, estaduais e municipais.

Também estiveram presentes os Drs. Juiz de Direito, Promotor Público, Prefeito Municipal, Inspetor de Rendas e pais de alunos.

O sr. Inspetor Escolar fez longa preleção sobre os livros adotados, a respeito da caixa Escolar e seu funcionamento e finalidade, passando depois a tratar do método pedagógico do ensino, se alongando em minuciosas explicações relativas ao modo mais prático de ensinar as diversas matérias do programa escolar.

Os professores e professoras presentes tomaram cuídadas notas. Suspensa a palestra pedagógica que se tinha prolongado por quasi duas horas, para descanso, prosseguiu depois, prestando a dita autoridade escolar novas instruções ao professorado chapecense a outros respeito, inclusive escritura dos livros de matrícula, de chamada e boletins para estatísticas e verificação da porcentagem de frequência e quitação escolar.

Cont. na 4.ª pag.

Bajulação
 Nos tempos modernos, com a substituição da força pelo direito, tudo se está mudando. Até os vocabulos parece que inverteram de sentido. Morrem diariamente, ha varios meses, dezenas de Chineses em consequencia dos ataques japoneses, affirmam, dizem estes, se estabelecer entre os dois povos uma politica de boa vizinhança. Os acontecimentos tragicos do velho mundo, que tantas vidas preciosas tem consumido, asseguram os chefes politicos que tem por fim implantar um regime de ordem e liberdade.

Entre nós, a «Gazeta» de Florianópolis, em sua edição de 19-6-940, traz, em frases repletas de adjetivos qualificativos, uma noticia eloquiosa a dois desembargadores do Egregio Tribunal do Estado, pelo fato desses dignos Magistrados munirem-se da quitação escolar, cumprindo assim o artigo 21 do decreto-lei estadual N. 301 de 24-21-939.

Parce-nos que se' mesmo o desejo de agradar poderia levar o articulista a tecer um comentário postoso em torno de um fato que deveria ser comum, uma vez que o cumprimento de um preceito legal é obrigação até do ultimo dos cidadãos, não devendo causar estranheza juizes cumpri-lo. Por outro lado, de acordo com as instruções baixadas, para o cumprimento do referido decreto, não só os Drs. Desembargadores, como todo cidadão que por qualquer forma receber dinheiro das repartições estaduais, não o poderão fazer si não possuiram a referida quitação escolar.

Entretanto, é possível que atualmente, o natural seja o não cumprimento dos deveres civicos, constituindo um acontecimento digno de grandes elogios quando alguém eventualmente os cumpre.

Nos tempos passados quando apparecia uma tal noticia, era considerada pura e simplesmente — **BAJULAÇÃO**.

A. PARANA
 Mondai X

Chagou ao nosso conhecimento que a parana da noticia destacada «Mondai», invadiu a propriedade do sr. Ricardo Bruzemann, pelas 20 horas da noite, a pretexto de medir sua foz e a navegação pelo radio irradições de Berlin.

A aludida praça empunhava um fuzil de guerra e não se achava em estado normal.

No dia seguinte, a Exma. Sr. Gaizer, esposa do Agente Consular alemão, coronel Gaizer, procurou o subdelgado do posto e alegando sur o correio de 15 em 15 dias, pediu licença para ouvir a aludida irradiação e o dito subdelgado negou.

Estamos informados que o sr. 1.º tenente Pedro Pires, Delegado Especial ao Terceiro

do irregular prosseguimento das suas subordinadas, já determinou as necessárias providencias para corrigir e reprimir essas e outras arbitrariedades e impedir a sua repetição.

O sr. Ricardo Bruzemann é um cidadão culto, pacato e estimado, tendo exercido o cargo de Sub-Pradico daquele distrito, durante muitos annos, prestando innumerables e relevantes serviços a este municipio e, aliado recentemente, foi quem a pedido do intendente exar de Mondai, elaborou sua remuneração alguma, a planilha de sede do dito distrito, que tinha sido solicitada pelo Departamento de Estatística ao sr. Tenente Prefeito Municipal.

Imagine-se.

Mondai é um dos distritos mais prosperos do municipio, a sua população é ordenada e laboriosa, no entanto, sempre tem autoridades que queiram o ritmo regular de sua vida. Mas, assim, todos concordam, não está certo.

Guerra europeia
 X

Após a grande ofensiva contra a França, esse país submeteu a artilharia, tendo submetido as imposições de seus inimigos.

O mesmo ocorreu com a Itália, que interveiu na guerra, ao lado da Alemanha, quando a França já estava subjugada e também impoz as suas condições de submissão à França vencida, que prometeu e entregou a Alemanha a sua quadra e armamento pessoal, desmobilizando o seu exército.

A guerra prossegue agora contra a Alemanha e Itália, aliadas contra a Inglaterra.

Fonte: CEOM (2021)

Assim, continua a reportagem sobre a guerra na Europa. Após a derrota da Holanda na guerra, a Alemanha preparou uma ofensiva contra a França, já que no *Mein Kampf*, Hitler queria vingança contra a França e a Inglaterra pelo Tratado de Versalhes assinado em 1919. Então, os generais da Alemanha já fizeram uma estratégia com a *Blitzkrieg*, onde as forças aliadas iriam cair na armadilha alemã.

A estratégia de guerra consistia em atacar com uma força regular através da Holanda, onde os aliados já esperavam que viria um ataque alemão, então os alemães já estavam preparados para a mobilização de defesa dos aliados pelo lado holandês. Porém, os alemães tinham a estratégia de atacar através das florestas das Ardenas, de onde os franceses e ingleses não achavam que viria um ataque, pois, até então, acreditavam que era uma área intransponível para o exército alemão.

Pois então, os alemães fizeram um ataque com tática de pinça, com duas frentes de ataque, uma de frente com as tropas aliadas e outra pela retaguarda. Em uma semana, os alemães dobraram as tropas aliadas por trás, fazendo um movimento de ataque pela retaguarda, com ataques pelo ar pela Luftwaffe. A força aérea francesa não tinha força para combatê-la e foi totalmente derrotada, e com isso os bombardeiros de mergulho alemães atacavam os tanques aliados que eram superiores aos tanques alemães, destruindo os veículos dos Aliados com extrema facilidade.

Com isto, as forças aliadas foram encurraladas no porto de Dunquerque e os ingleses mobilizaram todos os navios disponíveis para resgatar as tropas aliadas das praias. Os alemães ficaram alguns dias parados para reparos, tendo ordem de Hitler para não atacar; isso foi um erro irremediável pelo lado dos alemães, pois se tivessem atacado imediatamente o porto teriam destruído toda a força aliada nas praias de Dunquerque, mas a Luftwaffe continuou os ataques às praias e atacando também os navios de resgate. A força aérea britânica foi mobilizada para ajudar no resgate e combater a Luftwaffe, de modo que após vários navios mercantes e de pesca mobilizados, conseguiram fazer o resgate dos soldados com sucesso.

Após encerrados os combates, a França capitulou e foi dividida em duas zonas, uma de controle alemão direto, e outra controlada por Vichy, que tinha direitos restritos e também devia responder ao governo alemão.

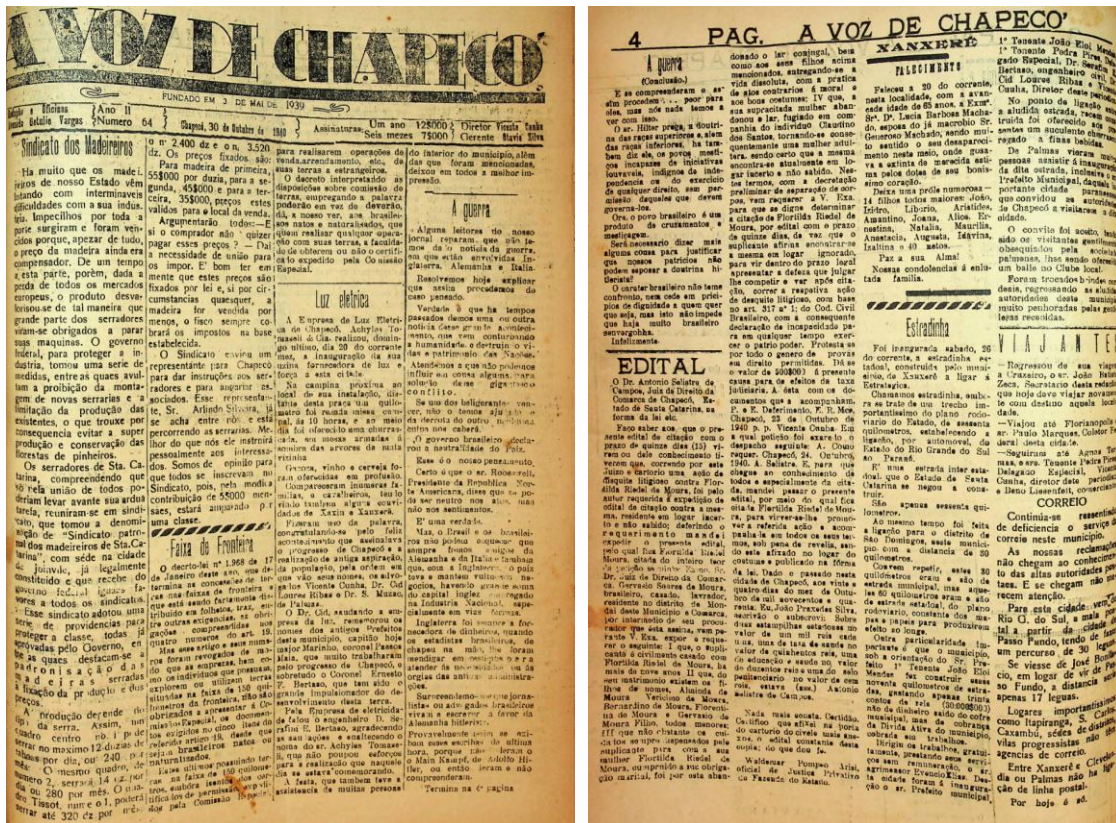
No ano de 1940 foi publicada a matéria “A guerra”, que afirmava:

Alguns leitores do nosso jornal reparam que não temos dado notícia da guerra, em que estão envolvidas Inglaterra, Alemanha e Italia. Resolvemos hoje explicar que assim procedemos de caso pensado. Verdade que tempos passados demos uma e outra notícia desse grande acontecimento, que vem conturbando a humanidade e destruindo vidas e patrimônio das nações. [...] Se um dos beligerantes vencer, não temos ajudado o da derrota do outro, nenhuma culpa nos caberá. O governo brasileiro declarou a neutralidade do Paiz (A Voz de Chapecó, 1940, p. 1).

O jornal, por um período, deixou de dar notícias sobre a guerra com temor de receber censura por parte do governo do Getúlio Vargas, como aconteceu em alguns outros episódios. O movimento de nacionalização também afetava as notícias do jornal, que muitas vezes sofria censura, então o periódico começou a tomar alguns cuidados com relação a notícias que vinham da guerra ou em relação às nações estrangeiras que estavam em conflito, principalmente notícias advindas da Alemanha e Itália.

Isso se dava porque a maioria da colonização do oeste catarinense ocorreu por maioria de descendentes de alemães e italianos oriundos do estado vizinho, Rio Grande do Sul. Mas a população estava preocupada com o que acontecia na guerra, e gostariam de saber como estava o andamento do conflito, ainda mais pelo envolvimento de seus países de origem.

Figura 7 – A Guerra



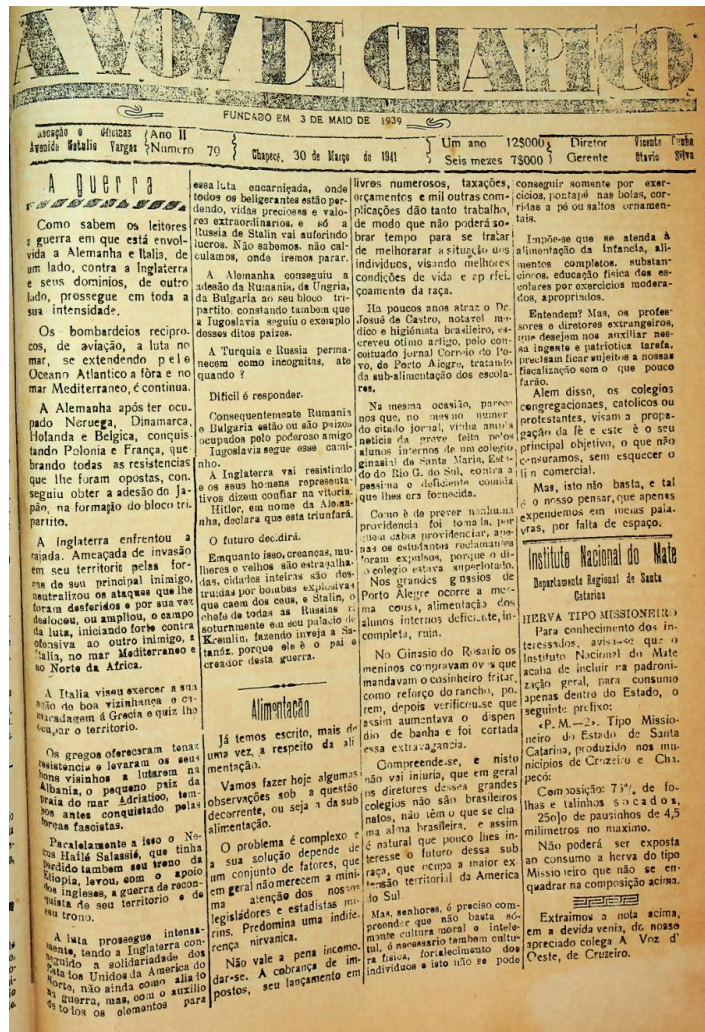
Fonte: CEOM (2021)

Para contentar a população, o jornal decide dar uma narrativa da guerra. Novamente, em postagens posteriores, *A Voz de Chapecó* volta a produzir reportagens após 2 meses de paralisação sob censura estatal, para que deixasse a população a par da situação e da gravidade da guerra que assolava o território europeu. Os colonos em Santa Catarina ficavam fervorosos com a questão da guerra, pois ainda mantinham laços maternos com suas pátrias mães, não se consideravam brasileiros como o plano de nacionalização do Estado Novo exigia.

Na página 4 do jornal são citadas as manifestações racistas de Hitler, e que essas incitações não caberiam ao povo brasileiro, por ser um povo de grande mestiçagem, e que para Hitler isso era uma aberração da natureza, considerando como povos impuros e inferiores de raça e cor.

Nisto, o periódico se coloca em oposição ao regime nazista e ao que ele pregava como verdade, e isso coloca em jogo o jornal com os leitores de descendência alemã, até chamando de pessoas sem vergonha que infelizmente moravam no país e tinham coragem de defender o regime nazista. Sendo o Brasil um país com uma população mestiça e que vivia na igualdade de raça e cor. Não tendo leis raciais como na Alemanha nazista.

Figura 8 – A Guerra



Fonte: CEOM (2021)

Na notícia “A Guerra”, essa de 1941, o jornal traz em destaque as conquistas alemãs e a entrada do japão ao bloco do Eixo:

A Alemanha após ter ocupado Noruega, Dinamarca, Holanda e Bélgica, conquistando Polônia e França, quebrando todas as resistências que lhe foram opostas, conseguiu a obter adesão do Japão, na formação do bloco tripartito. A Inglaterra enfrentou a rajada. Ameaçada de invasão em seu território pelas forças do seu principal inimigo, neutralizou os ataques que lhe foram desferidos e por sua vez deslocou, ou ampliou, o campo de luta, iniciando forte contra ofensiva ao outro inimigo, a Itália, no mar Mediterraneo e ao Norte da Africa (A Voz de Chapecó, 1941, p. 1).

A notícia da guerra voltará a ser publicada no jornal, publicando o teatro europeu de guerra, as conquistas da Alemanha nazista durante a guerra, mas seu fracasso em atacar e invadir a Inglaterra, pois naquele momento a Inglaterra tinha desenvolvido uma tecnologia jamais vista anteriormente, o radar. Isso significava que os radares pegavam a localização das formações inimigas antes de chegarem ao ataque, isso dava tempo para que os ingleses organizassem uma contra ofensiva aos ataques aéreos perpetrados pela Luftwaffe. A *Royal Air Force* conseguiu dar grandes baixas nas formações inimigas e inibir os ataques, diminuindo

gradativamente a força de ataque do Eixo. Isso fez com que Hitler voltasse olhares para outros possíveis inimigos, o próximo seria a União Soviética, já que a Inglaterra, naquele momento, era quase impossível de atacar.

Já a Inglaterra, tomou ofensiva no Norte da África, partindo do Egito contra instalações italianas na Argélia, e os italianos fazendo o mesmo, contra-atacando a Inglaterra e suas forças dentro do Egito. E no mar Mediterrâneo, a *Royal Navy* e a Regia Marina iriam entrar em grandes combates para ver quem iria ficar no controle daquele território que era crucial para a navegação de mantimentos e armamentos para África.

A *Royal Navy* era consideravelmente superior à Regia Marina italiana, desferindo grandes golpes contra ela e afundando grandes navios como encouraçados e cruzadores de guerra. A Alemanha nazista teve que intervir nos combates com sua frota de submarinos e com a Luftwaffe, desferindo golpes contra a *Royal Navy* para que mantivesse o mar Mediterrâneo no controle dos países do Eixo.

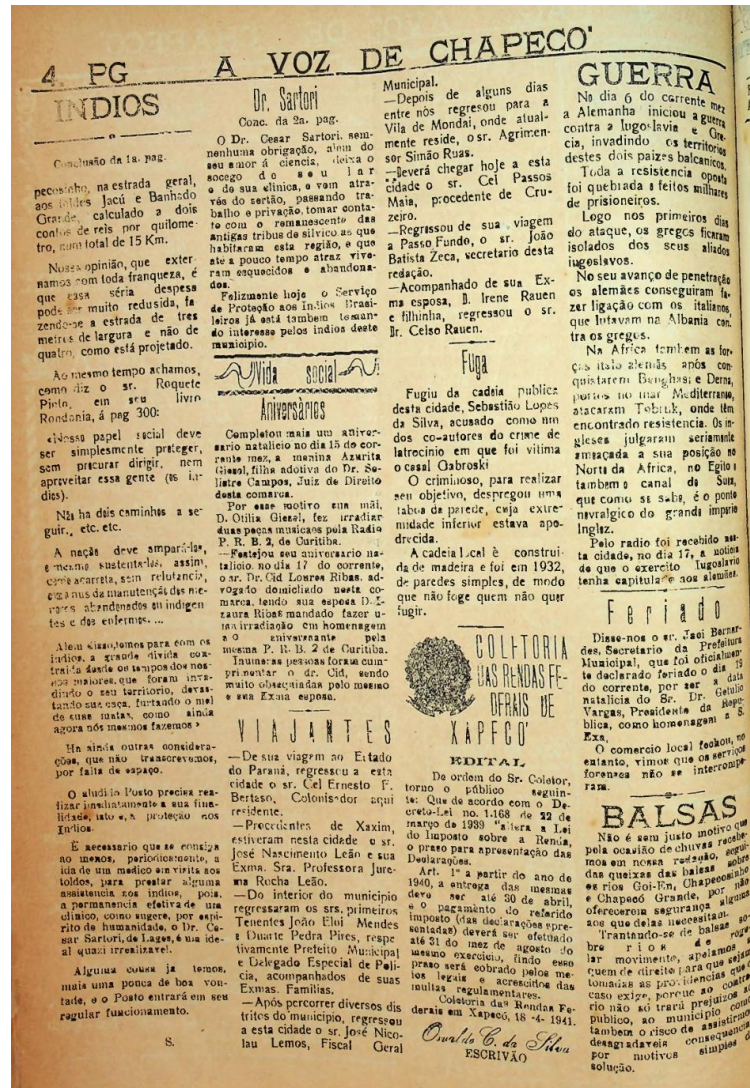
O jornal faz duras críticas, também, a Turquia e a União Soviética, que se encontravam paradas enquanto o conflito acontecia, pois estas eram nações que deveriam entrar no conflito para parar o derramamento de sangue. Mas os articulistas do periódico mal sabiam que, mais tarde, Hitler iniciaria a ofensiva Barbarossa, atacando a Rússia por três *fronts*, fazendo a União Soviética entrar para o lado dos Aliados, e logo também o Japão atacaria Pearl Harbor, forçando a entrada dos Estados Unidos na guerra, e Alemanha declararia guerra contra os EUA também, assim fechando um conflito totalmente em escala global.

A notícia “Guerra”, no jornal, veio explicar as batalhas na África e no mar Mediterrâneo:

Na Africa também as forças ítalo alemãs após conquistarem Benghas; e Derna, portos do mar Mediterraneo, atacaram Tobruk, onde tem encontrado resistência. Os ingleses julgaram seriamente sua posição no Norte da Africa, no Egito e também o canal de Suez, que como se sabe, é o ponto navralgico do grande império inglez (A Voz de Chapecó, 1941, p. 4).

A partir desta notícia, vemos o teatro de guerra não na Europa, mas sim no território africano, onde as potências beligerantes detinham vastas colônias, e estas entraram em conflito, uma atacando a outra, uma parte dos britânicos e outra parte dos italianos, mas os italianos estavam se saindo muito mal no teatro africano. Novamente a Alemanha nazista se viu com necessidade de intervir no continente africano, levando o marechal de campo Erwin Rommel, consagrado marechal nazista na operação contra a França e brilhante no ataque com tanques na *Blitzkrieg*, que seria conhecido como a Raposa do Deserto pela sua eficácia em estratégias de combate no deserto da África, combatendo ferozmente as forças britânicas na área e fazendo um grande ataque que levaria ele até o Egito.

Figura 9 – Guerra

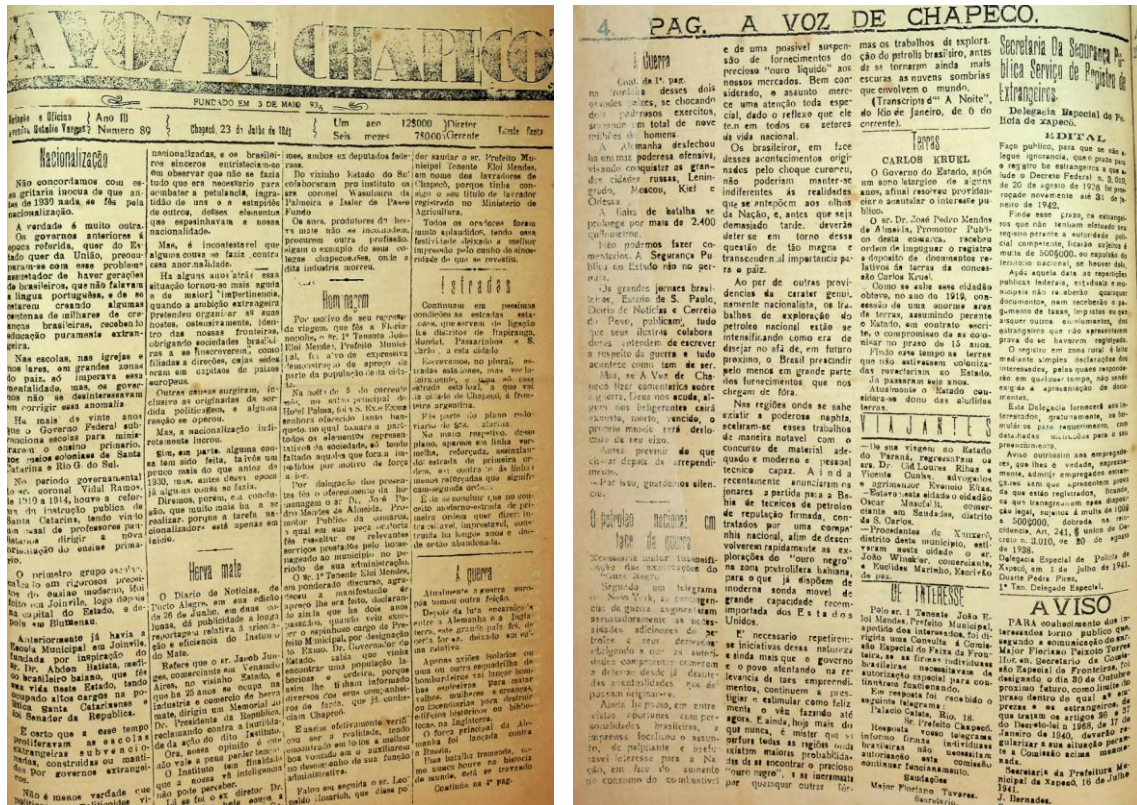


Fonte: CEOM (2021)

Rommel se fez temido pelas forças britânicas que sofreram grandes baixas desde a sua chegada ao norte africano, mas depois da entrada dos EUA na guerra, haveria a operação tocha, onde os norte-americanos desembarcariam na África e Rommel teria que enfrentar duas frentes de guerra sem ter suprimentos para aguentar dois *fronts*. Logo as forças aliadas tomaram controle do norte africano, expulsando os alemães e italianos da região.

Devemos salientar que o jornal muitas vezes pegava matérias já escritas em editoriais de capitais como Rio de Janeiro e Porto Alegre, talvez fosse uma manobra que o impresso utilizava para se desviar da censura política que assombrava o jornal, pois estas matérias das capitais já tinham sido analisadas pelos censores policiais naquelas localidades, mas mesmo assim, a notícia veiculada em Chapecó era incômoda para o poder executivo, já que temos uma região majoritariamente habitada por colonos europeus.

Figura 10 – A Guerra



Fonte:: CEOM (2021)

A Voz de Chapecó, em “A Guerra”, evidencia a batalha entre a Alemanha Nazista e União Soviética como uma batalha jamais vista no mundo:

A força principal da Alemanha foi lançada contra a Rússia. Uma batalha tremenda, como nunca houve na história do mundo esta se travando na fronteira desses dois grandes países, se chocando dois poderosos exércitos, somando um total de nove milhões de homens. A Alemanha desfechou [...] poderosa ofensiva, visando conquistar as grandes cidades russas, Leningrado, Moscou, Kief e Odessa. A linha de batalha se prolonga por mais de 2.400 quilômetros. Não podemos fazer comentários. A Segurança Pública do Estado não no permite (A Voz de Chapecó, 1941, p. 1 e 4).

Nesta última análise do jornal *A Voz de Chapecó*, vemos que agora retrata o palco russo da campanha alemã tendo três frentes: Leningrado, Moscou e Stalingrado, pois a Alemanha nazista queria destruir a União Soviética. Ideologicamente, por ser um país de extrema esquerda, haja vista que a Alemanha nazista era um país de extrema direita, e via o comunismo como uma aberração, defendendo que o bolchevismo advinha do judaísmo internacional. A Alemanha estava conquistando seu espaço vital para a produção de alimentos para o milênio. Já que Hitler dizia que o Terceiro Reich sobreviveria mil anos e conquistaria o mundo, precisava de um espaço vital para a sobrevivência da raça superior que era a raça ariana, e para isso

necessitaria de vastos campos de cultivo e campos de petróleo, que a Rússia detinha. Então, era vital destruir a Rússia.

Atacar Stalingrado, para Hitler, era mais que uma missão, era um objetivo de vida. Já que a cidade levava o nome do ditador soviético, Hitler queria demonstrar poder perante o mundo, e que ele era o maior ditador da história, desviando tropas que estavam às portas de Moscou para mobilizar a Stalingrado, ação que lhe custaria a guerra, irreversivelmente, pois em Stalingrado ele sofreria sua primeira grande derrota, da qual jamais se recuperaria. Daí em diante, as vitórias alemãs na guerra se transformam em derrotas, e todas pelo seu maior inimigo ideológico, a União Soviética.

Vemos, também, como falado anteriormente, que o jornal sofria censura por parte do governo, e nesta notícia ele deixa explícito que não poderia comentar sobre a informação da guerra, e isto lhe custou o fechamento do periódico pela ditadura de Getúlio Vargas. O jornal só reabriria em 1946, após a Segunda Guerra Mundial e após a queda do regime do Estado Novo, no ano de 1946.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho concluiu seus objetivos ao analisar a implementação da política de nacionalização direcionada aos colonos de origem germânica e itálica no sul do Brasil. Observou-se, por meio da análise do periódico, que essas comunidades mantiveram vínculos estreitos com suas raízes europeias, preservando manifestações culturais que confrontavam as diretrizes de homogeneização do Estado brasileiro.

Amparada pela Constituição de 1937, a política de nacionalização estabeleceu a obrigatoriedade do idioma português no ambiente escolar. No entanto, no sul do país, tal medida enfrenta resistência tanto dos colonos quanto de instituições de ensino confessionais, cujos clérigos eram majoritariamente estrangeiros.

A conexão entre a colonização do oeste catarinense e a Segunda Guerra Mundial fundamentava-se na ascendência da população local. Dado que a Alemanha e a Itália eram potências beligerantes aliadas no conflito, os eventos no teatro de operações europeu exerciam influência direta e despertavam profundo interesse nessa comunidade regional.

Como colocado no trabalho, o jornal tinha que lidar com duas situações. A primeira: uma região dominada por colonos italianos e alemães, e que seus países estavam envolvidos no conflito mundial. A segunda: um governo autoritário que queria a nacionalização deste povo que estava na região e não queria que a notícia da guerra se estendesse para estes colonizadores, pois poderia provocar uma revolta, ou até criação de partidos políticos como nazista ou fascista dentro do Brasil, algo que na verdade aconteceu, o Brasil teve o maior partido nazista fora da Alemanha.

O periódico, em relação à Segunda Guerra Mundial, geralmente era um pouco detalhista, algumas vezes era de jogar as palavras de maneira comum, até porque o jornal deixa bem explícito que ele era para uma população iletrada, uma população que tinha pouco estudo ou quase nenhum conhecimento, ou como também discutimos, uma população que falava outros idiomas fora o português, então era difícil de ser compreendido caso fosse muito culto o jornal ou para letrados. Além disso, o jornal temia a censura perpetrada pelo regime político estatal, que infelizmente fez fechar o jornal em 1941.

Em síntese, conclui-se que a formação social do Oeste Catarinense fundamentou-se na colonização por imigrantes e descendentes de origem itálica e germânica. Durante o Estado Novo, essa comunidade foi submetida a um rigoroso processo de repressão cultural e educacional, no qual o governo brasileiro buscou erradicar traços identitários estrangeiros em favor de uma identidade nacional homogênea.

Apesar da vigilância estatal, a população local manifestou resiliência ao preservar costumes ancestrais e demonstrar persistente interesse pelo desenrolar da Segunda Guerra

Mundial, dado o envolvimento de suas nações de origem. O jornal regional, operando sob censura, exemplificou o esforço governamental em restringir informações externas e isolar os colonos geograficamente. Nesse cenário, o confinamento ao espaço rural e urbano, exemplificado por Chapecó, configurou-se como uma estratégia de isolamento arbitrário, visando neutralizar influências ideológicas e culturais provenientes do conflito europeu.

A população do oeste catarinense via a guerra com entusiasmo e fervor, ainda mais quando seus países de origem obtinham vitórias no conflito armado, não era um povo neutro, e essas pessoas cobravam do jornal que fossem publicadas sempre notícias da guerra, para que a população de origem alemã e italiana ficassem a par das situações vividas na Europa pelos países beligerantes, mas também a guerra mostrava a destruição de suas nações de origem por bombardeios que destruíram cidades e matavam as populações locais, o jornal era crítico e colocava essa informação a disposição do leitor que as bombas matam mulheres, idosos e crianças, não compartilhando a guerra como um lado bonito de se ver. Mas sim que a guerra simbolizava a matança e a destruição de tudo e todos.

As matérias do jornal tinham em comum o detalhismo dos acontecimentos da guerra, mas geralmente as matérias que ele veiculava já advinham de outros jornais do país, como jornais de Porto Alegre ou Rio de Janeiro, pois este, para produzir conteúdo da guerra, tinha que procurar notório saber das capitais brasileiras que estavam mais a par do conflito, do que jornais interioranos. Apesar de trazer com algum detalhismo os acontecimentos da guerra, muitas matérias deixavam a desejar do conteúdo, talvez porque o jornal continuava com sua política de boa vizinhança com o governo e população, e também porque pregava ser um jornal simples para uma população de iletrados, ou também para uma população que falava o português em poucas palavras, mas falavam mais italiano e alemão.

REFERÊNCIAS

- CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traços da formação econômica. In: RADIN, José Carlos.; VALENTINI, Delmir José.; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 298-317.
- DR. VICENTE Cunha impulsionou a agricultura de Chapecó. **Lê Notícias**, Chapecó, 25 ago. 2017. Disponível em: <https://www.lenoticias.com.br/noticia/1712/dr-vicente-cunha-impulsionou-a-agricultura-de-chapeco#:~:text=L%C3%AA%20Not%C3%ADcias%20%2D%20Chapec%C3%B3%20100%20ANOS,impulsionou%20a%20agricultura%20de%20Chapec%C3%B3>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- FÁVERI, Marlene de. **Memórias de Uma (Outra) Guerra**: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina. 2. ed. Itajaí: Editora da Ufsc, 2005. 533p.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOFFMANN, Geraldo. Guerra trouxe indústria pesada ao Brasil. **DW Brasil**, [s. l.], 4 fev. 2005. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/guerra-trouxe-ind%C3%BAstria-pesada-ao-brasil/a-1463953>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.
- MACHADO, Cynthia Campos. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. 1998. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 194p.
- MORETTO, S. P.; BRANDT, M.; SILVA, C. M. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian *et al.* (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Editora Argos, 2018, p. 181-214.
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Edufsc, 2009. 222p.
- PIOVEZANA, Leonel; FACCO, Janete; ONGHERO, André Luiz. Indígenas em Chapecó: resistência centenária. In: CARBONERA, Mirian *et al.* (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 159-180.
- RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009. 322p.
- RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, José Carlos.; VALENTINI, Delmir José.; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 146-166.
- RESENDE, Marília Ruiz e. **A constituição de 1937 – a “Polaca”**. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/constituicao-de-1937-a-polaca/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

RODRIGUES, Alexia Silva. **Imigrantes italianos, alemães e japoneses no Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial**. Fundação Energia e Saneamento, 2020. Disponível em: www.museudaenergia.org.br. Acesso em: 20 maio 2021.

SCHEFFER, Sérgio Roberto. **A Secretaria dos Negócios do Oeste: uma perspectiva de desenvolvimento (1963-1969)** 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 26, n. 77, p. 47-62, out. 2011. Fap UNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092011000300007>.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008. 162p.

APÊNDICE A – TABELA DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

ANO	TÍTULO	PÁGINA
3 de maio de 1939/1	NOSSA AÇÃO	pag. jornal 1/pag.pdf1
3 de maio de 1939/2	COLONIZAÇÕES	pag.jornal 4/pag.pdf3
14 de maio de 1939/3	NOSSAS NECESSIDADES	pag.jornal 1/pag.pdf 7
21 de maio de 1939/4	NOSSOS DESEJOS	pag. jornal 1/ pag.pdf 9
19 de junho de 1939/5	QUEM NASCE NO BRASIL É BRASILEIRO OU TRAIADOR. (LAURO MULLER)	pag. jornal 1/pag.pdf 11
25 de junho de 1939/6	CONSTITUIÇÃO	pag.jornal 1/ pag.pdf 15
25 de junho de 1939/7	MARCHEM CÁ PARA OESTE	pag. jornal 1/pag.pdf 15
25 de junho de 1939/8	PORQUE CHAPECÓ AGRADA AO FORASTEIRO	pag. jornal 2/pag.pdf 16
2 de julho de 1939/9	CENSURA	pag. jornal 2/pag.pdf 18
16 de julho de 1939/10	UM POR SEMANA A ESCOLHA	pag. jornal 2/pag.pdf 22
23 de julho de 1939/11	NACIONALIZAÇÃO	pag. jornal 1/pag.pdf 23
30 de julho de 1939/12	NACIONALIZAÇÃO	pag. jornal 1/pag.pdf 25
13 de agosto de 1939/13	NACIONALIZAÇÃO	pag. jornal 1/ pag.pdf 29
27 de agosto de 1939/14	PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA	pag. jornal 1/pag.pdf 33

5 de novembro de 1939/15	AOS ASSINANTES	pag. jornal 1/pag.pdf 35
12 de novembro de 1939/16	ESTADO NOVO	pag.jornal 1/pag.pdf 37
19 de novembro de 1939/17	PELAS ESCOLAS	pag.jornal 1/pag.pdf 40
19 de novembro de 1939/18	NACIONALIZAÇÃO	pag.jornal 2/pag.pdf 41
26 de novembro de 1939/19	CENSURA POLICIAL	pag.jornal 1/pag.pdf 42
26 de novembro de 1939/20	INTERVENTORES NO RIO	pag.jornal 1/pag.pdf 42
3 de dezembro de 1939/21	COLONIZAÇÃO	pag.jornal 4/pag.pdf 46
3 de dezembro de 1939/22	SEMPRE OS MESMOS	pag.jornal 4/pag.pdf 46
10 de dezembro de 1939/23	COLÔNIAS	pag.jornal 1/pag.pdf 46
24 de dezembro de 1939/24	DAS ESCOLAS	pag.jornal 1/pag.pdf 50
24 de dezembro de 1939/25	BATALHA NAVAL	pag.jornal 2/pag.pdf 51
7 de janeiro de 1940/26	CORAGEM	pag.jornal 2/pag.pdf 55
14 de janeiro de 1940/27	PROBLEMAS	pag.jornal 2/pag.pdf 57
21 de janeiro de 1940/28	NÃO FAZ MAL	pag.jornal 2/pag.pdf 59
4 de fevereiro de 1940/29	AOS ASSINANTES	pag.jornal 1/pag.pdf 62
11 de fevereiro de 1940/30	RUMO AO OESTE	pag.jornal 1/pag.pdf 64
11 de fevereiro de 1940/31	CENSURA POLICIAL	pag.jornal 1/pag.pdf 64
10 de março de 1940/32	ALIA RACHMANOVA	pag.jornal 1/pag.pdf 70
10 de março de 1940/33	MINISTÉRIO DA GUERRA	pag.jornal 4/pag.pdf 72
17 de março de 1940/34	QUAL ÊXODO, NADA	pag.jornal 1/pag.pdf 72

24 de março de 1940/35	O BRAÇO ESTRANGEIRO	pag.jornal 1/pag.pdf 74
------------------------	----------------------------	-------------------------

24 de março de 1940/36	GUERRA RUSSO FINLANDESA	pag.jornal 1/pag.pdf 74
31 de março de 1940/37	REGISTRO DE ESTRANGEIROS	pag.jornal 1/pag.pdf 76
7 de abril de 1940/38	ESTRANGEIROS	pag.jornal 1/pag.pdf 78
14 de abril de 1940/39	GUERRA EUROPÉIA	pag.jornal 4/pag.pdf 82
21 de abril de 1940/40	EXTRANGEIRO?	pag.jornal 1/pag.pdf 82
28 de abril de 1940/41	MASORCAS	pag.jornal 1/pag.pdf 84
28 de abril de 1940/42	RECENSEAMENTOS	pag.jornal 1/pag.pdf 84
5 de maio de 1940/43	A VOZ DE CHAPECÓ	pag.jornal 1/pag.pdf 86
18 de maio de 1940/44	GUERRA EUROPÉIA	pag.jornal 2/pag.pdf 91
18 de maio de 1940/45	COLONOS	pag.jornal 2/pag.pdf 91
18 de maio de 1940/46	COMUNISTA PRESO	pag.jornal 4/pag.pdf 92
28 de maio de 1940/47	PELO BRASIL!	pag.jornal 1/pag.pdf 92
28 de maio de 1940/48	COLONOS	pag.jornal 1/pag.pdf 92
28 de maio de 1940/49	DISCURSOS	pag.jornal 2/pag.pdf 93

2 de junho de 1940/50	ARMAS DE GUERRA	pag.jornal 2/pag.pdf 95
23 de junho de 1940/51	AINDA É TEMPO	pag.jornal 1/pag.pdf 100
7 de julho de 1940/52	GUERRA EUROPEA	pag.jornal 2/pag.pdf 105
28 de julho de 1940/53	JÁ É TEMPO	pag.jornal 1/pag.pdf 110
6 de agosto de 1940/54	CASOS SÉRIOS	pag.jornal 1/pag.pdf 112
10 de setembro de 1940/55	REGIONALISMO	pag.jornal 1/pag.pdf 117
10 de setembro de 1940/56	A MARCHA PARA OESTE	pag.jornal 2/pag.pdf 118
20 de setembro de 1940/57	SERVIÇO MILITAR	pag.jornal 2/pag.pdf 120
20 de setembro de 1940/58	INTRUSOS	pag.jornal 1/pag.pdf 119
20 de outubro de 1940/59	MILITAR ALISTAMENTO	pag.jornal 1/pag.pdf 125
20 de outubro de 1940/60	NOTANDO	pag.jornal 4/pag.pdf 127
30 de outubro de 1940/61	A GUERRA	pag.jornal 1/pag.pdf 127
20 de novembro de 1940/62	NEWILE CHAMBERLAIN	pag.jornal 1/pag.pdf 130
20 de dezembro de 1940/63	REVOLUCIONÁRIO?	pag.jornal 1/pag.pdf 137
20 de dezembro de 1940/64	MINISTÉRIO DA GUERRA	pag.jornal 2/pag.pdf 138
20 de dezembro de 1940/65	RESERVISTA!	pag.jornal 4/pag.pdf 139
20 de março de 1941/66	PRESENTE GREGO	pag.jornal 4/pag.pdf 157
30 de março de 1941/67	A GUERRA	pag.jornal 1/pag.pdf 157
30 de março de 1941/68	COMPLICAÇÕES	pag.jornal 4/pag.pdf 159
20 de abril de 1941/69	DR. GETÚLIO	pag.jornal 1/pag.pdf 161
20 de abril de 1941/70	GUERRA	pag.jornal 4/pag.pdf 163

23 de maio de 1941/71	ITAPIRANGA	pag.jornal 4/pag.pdf 169
03 de junho de 1941/72	NACIONALIZAÇÃO	pag.jornal 1/pag.pdf 169
03 de junho de 1941/73	A GUERRA	pag.jornal 1/pag.pdf 169
13 de junho de 1941/74	NACIONALIZAÇÃO	pag.jornal 1/pag.pdf 171
23 de junho de 1941/75	GUERRA	pag.jornal 4/pag.pdf 175
23 de julho de 1941/76	NACIONALIZAÇÃO	pag.jornal 1/pag.pdf 177
23 de julho de 1941/77	A GUERRA	pag.jornal 1/pag.pdf 177

13 de agosto de 1941/79	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS	pag.jornal 2/pag.pdf 180
23 de julho de 1941/78	O PETRÓLEO NACIONAL EM FACE DA GUERRA	pag.jornal 4/pag.pdf 179